



Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

30 de junho de 2026

Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento

(Instituição líder do Conglomerado Prudencial)

Relatório da administração

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial da Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento (“Neon Pagamentos” ou “Companhia”) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das normas e instruções emanadas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (“BACEN”), aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A emissão destas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial está sendo feita de forma voluntária pelo Grupo Neon e seguem os critérios contábeis de consolidação estipulados para Conglomerados Prudenciais na Resolução BCB nº 168/21, detalhados na Nota 2.

As atividades do Grupo Neon ("Grupo") correspondem às atividades da Companhia, suas controladas e demais entidades pertencentes ao Conglomerado liderado pela Companhia, incluindo entre elas a Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Neon Financeira"), a Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Neon Corretora") e os fundos de investimento elencados na Nota 2.

O Grupo Neon opera a conta digital que busca diminuir desigualdades ao trazer mais oportunidades para os brasileiros trabalhadores que querem ter uma relação tranquila com o dinheiro. Dentro os principais produtos ofertados direto no nosso aplicativo, destacamos o cartão de crédito sem anuidade, cartão de débito virtual e internacional, conta de pagamento, investimentos, seguros, empréstimos pessoais e consignado privado.

Principais destaques - Consolidado

No primeiro semestre de 2026, o Grupo conglomerado reverteu o prejuízo de R\$ (35.030) mil registrado no mesmo período de 2025 e encerrou o semestre com lucro líquido consolidado de R\$ 43.242 mil, sustentado pelo crescimento contínuo da carteira de crédito e pela otimização da estrutura de captação do Grupo conglomerado.

A carteira de crédito manteve trajetória de crescimento acelerado no período, com variação em relação ao encerramento do exercício de 2025 conforme demonstrado a seguir:

<u>Carteira</u>	<u>Variação</u>	<u>30 de junho de 2026</u>
Cartão de crédito	+10%	R\$ 6.692 milhões
Crédito consignado privado	+18%	R\$ 1.131 milhões
Crédito pessoal	+5%	R\$ 857 milhões

Esse crescimento foi acompanhado por uma redução da dependência de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) como fonte de *funding*, à medida que o Grupo avançou na internalização de operações antes financiadas por meio dessa estrutura. Adicionalmente, as licenças bancárias detidas pela Neon Financeira e pela Neon Pagamentos ampliaram a autonomia operacional do Grupo na prestação de serviços

financeiros e bancários aos seus clientes, contribuindo para a redução do custo operacional do Grupo no período.

A Administração informa que não houve, no período, movimentações incomuns ou não usuais nos investimentos do Grupo em sociedades e coligadas, tendo as variações observadas nos saldos decorrido exclusivamente de eventos ordinários e conhecidos (Nota 11).

Auditoria Independente

O Grupo monitora, em sua relação com os auditores independentes, diretrizes de governança, transparência, objetividade e independência na contratação e na prestação dos serviços de auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, evitando a contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesses ou comprometer a independência ou a objetividade na execução de suas atividades.

Diretoria Executiva

Pedro Conrade
Diretor Executivo I

Ramon Martinez
Diretor Executivo II

Cristiano Fernandes
Diretor Executivo II

Fernando Miranda
Diretor Executivo I

Fernando Montanari
Diretor Executivo II

Fabiola Marchiori
Diretora Executiva II

Jamil Marques
Diretor Executivo II

Marcos Fonseca
Diretor Executivo II



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independente sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Ao acionista e aos administradores da

Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial da Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento (“Companhia” ou “Conglomerado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento em 30 de junho de 2026, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 168, de 1º de dezembro de 2021, do Banco Central do Brasil (BCB), para elaboração dessas Demonstrações Financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Conglomerado de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de Demonstrações Financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, que descreve a base de elaboração dessas Demonstrações Financeiras, que foram elaboradas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução BCB nº 168. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas Demonstrações Financeiras Consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras individuais para fins gerais

A Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificação, em 31 de agosto de 2026.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, de acordo com a Resolução BCB nº 168, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Conglomerado continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar o Conglomerado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Conglomerado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Conglomerado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Conglomerado a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras Consolidadas, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de setembro de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP-014428/O-6



Jonas Moreira Salles
Contador CRC 1SP- 295315/O-4

Balancos patrimoniais consolidados
em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Ativo			
Circulante		8.910.847	9.175.425
Caixa e equivalentes de caixa		201.858	34.292
Disponibilidades em moeda nacional	4	201.858	34.292
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		5.500	13.063
Títulos e valores mobiliários	5.b	5.500	13.063
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		292.800	605.975
Títulos e valores mobiliários	5.c	292.447	605.964
Instrumentos financeiros derivativos		353	11
Ativos financeiros ao custo amortizado		8.053.334	8.120.718
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.a	-	685.845
Relações interfinanceiras	6	1.569.597	1.701.498
Valores a receber de cartões e operações de crédito	7	8.241.157	7.346.967
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7(iv)	(1.757.420)	(1.613.592)
Outros ativos		357.355	401.377
Outros créditos diversos	8	277.582	339.179
Outros valores e bens	9	79.773	62.198
Não Circulante		3.365.454	2.015.421
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.573.228	933.705
Títulos e valores mobiliários	5.c	1.572.711	933.705
Instrumentos financeiros derivativos		517	-
Ativos financeiros ao custo amortizado		809.575	205.024
Valores a receber de cartões e operações de crédito	7	438.866	499.837
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7(iv)	(392.989)	(294.813)
Títulos e valores mobiliários	5.a	763.698	-
Outros ativos		146.391	106.430
Outros créditos diversos	8	86.785	55.822
Outros valores e bens	9	59.606	50.608
Créditos tributários		546.716	488.145
Imposto diferido		546.716	488.145
Investimentos	11	30.478	53.878
Imobilizado	12	9.261	7.794
Intangível	13	249.805	220.445
Total do ativo		12.276.301	11.190.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Balanços patrimoniais consolidados
em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Passivo			
Circulante		7.263.915	7.051.284
Passivos financeiros ao custo amortizado		6.954.901	6.720.578
Depósitos	14	1.170.883	1.264.882
Depósitos a prazo	16	2.866.704	2.538.175
Relações interfinanceiras – obrigações	15	2.917.314	2.917.521
Outros passivos		309.014	330.706
Obrigações sociais e estatutárias	19	16.275	39.666
Obrigações fiscais e previdenciárias	20	66.467	51.028
Outras obrigações - diversas	21	197.744	240.012
Provisão para perdas esperadas	7	28.528	-
Não Circulante		3.629.918	2.822.196
Passivos financeiros ao custo amortizado		3.594.221	2.789.021
Depósitos a prazo	16	2.510.521	2.789.021
Obrigações por operações compromissadas	17	478.445	-
Outros passivos financeiros	18	605.255	-
Outros passivos		35.697	33.175
Outras obrigações - diversas	21	35.697	33.175
Total do passivo		10.893.833	9.873.480
Patrimônio líquido			
Capital social	23	3.450.627	3.450.627
Reserva de capital	34	78.528	75.629
Outros resultados abrangentes		117	239
Prejuízos acumulados		(3.044.692)	(3.107.689)
Participação de não controladores	23.e	897.888	898.560
Total do patrimônio líquido		1.382.468	1.317.366
Total do passivo e patrimônio líquido		12.276.301	11.190.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Demonstrações consolidadas do resultado
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
 (Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de intermediação financeira	24	2.089.532	1.686.336
Rendas de operações de crédito	24.a	1.557.319	1.229.004
Receitas de operações com cartões		165.680	153.251
Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez		24.540	47.518
Resultado de títulos e valores mobiliários		279.361	213.802
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		880	-
Receitas de serviços com aplicativo		61.752	42.762
Despesas de intermediação financeira	25	(755.354)	(558.975)
Despesas de captação	25.a	(450.364)	(348.829)
Operações com cartão		(84.576)	(83.282)
Despesas com descontos concedidos		(201.301)	(108.447)
Despesas de manutenção de conta		(19.113)	(18.081)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		-	(336)
Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas		1.334.178	1.127.361
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(808.820)	(718.399)
Provisão para perdas esperadas associadas à títulos e valores mobiliários		-	(215)
Resultado de intermediação financeira, líquido		525.358	408.747
Outras receitas/(despesas) operacionais		(498.984)	(449.712)
Rendas de prestação de serviços		12.800	11.389
Despesas com pessoal	26	(75.010)	(71.112)
Despesas administrativas	27	(341.419)	(328.069)
Despesas tributárias	28	(117.601)	(80.388)
Despesas com prestação de serviços	29	(18.955)	(27.286)
Resultado de participação em controladas	11	7.413	10.689
Outros resultados operacionais, líquidos	30	33.788	35.065
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro		26.374	(40.965)
IRPJ e CSLL corrente	10	(41.704)	(52.046)
IRPJ e CSLL diferido	10	58.572	57.981
Lucro líquido/(Prejuízo) do semestre		43.242	(35.030)
Atribuível à própria instituição		62.997	(35.877)
Participação de não controladores		(19.755)	847

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Demonstrações consolidadas do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
 (Em milhares de Reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro líquido/(Prejuízo) do semestre	43.242	(35.030)
Ajuste de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(122)	(133)
Total de outros resultados abrangentes que serão ou poderão ser reclassificados posteriormente no resultado	(122)	(133)
Resultado abrangente total	43.120	(35.163)
Atribuível à própria instituição	62.875	(36.010)
Participação de não controladores	(19.755)	847

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025**

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social subscrito</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Participação de não controladores</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024		3.450.627	63.515	255	(3.090.545)	793.346	1.217.198
Adoção inicial - Resolução BCB nº 178/22		-	-	-	455	-	455
Adoção inicial - Resolução BCB nº 352/23		-	-	-	(65.709)	-	(65.709)
Saldos em 1º de janeiro de 2025		3.450.627	63.515	255	(3.155.799)	793.346	1.151.944
Transações com não controladores	23.e	-	-	-	-	155.889	155.889
Pagamento baseado em ações	34	-	4.862	-	-	-	4.862
Ajuste de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	(133)	-	-	(133)
Lucro / (Prejuízo) do semestre		-	-	-	(35.877)	847	(35.030)
Saldos em 30 de junho de 2025		3.450.627	68.377	122	(3.191.676)	950.082	1.277.532
Saldos em 31 de dezembro de 2025		3.450.627	75.629	239	(3.107.689)	898.560	1.317.366
Transações com não controladores	23.e	-	-	-	-	19.083	19.083
Pagamento baseado em ações	34	-	2.899	-	-	-	2.899
Ajuste de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	(122)	-	-	(122)
Lucro / (Prejuízo) do semestre		-	-	-	62.997	(19.755)	43.242
Saldos em 30 de junho de 2026		3.450.627	78.528	117	(3.044.692)	897.888	1.382.468

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2026
 (Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido/(Prejuízo) do semestre		43.242	(35.030)
Ajustes ao resultado líquido:			
Baixa do ativo imobilizado/intangível	12 e 13	794	710
Depreciação e amortização	27	31.579	46.515
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(58.572)	(57.981)
Resultado de participação em controladas	11	(7.413)	(10.689)
Receitas de intermediação financeira		(2.088.652)	(1.686.336)
Provisão para contingências	22	4.115	1.985
Opções de ações outorgadas	34	2.381	2.607
Plano de incentivo de longo prazo		1.968	2.115
Provisão para participação nos resultados		(9.878)	(2.996)
Resultado de variação cambial		529	152
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.v	808.820	718.399
(Reversão)/Provisão para perdas com inativação de cartões		(66)	560
Despesa de juros com empréstimos	17.b	381.766	345.924
		(932.630)	(639.035)
Variação nos ativos e passivos			
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		710.385	226.877
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários		(803.244)	23.491
Redução/(Aumento) em relações interfinanceiras - ativo		37.902	(62.182)
Redução/(Aumento) em operações de cartão de crédito		351.492	(47.272)
Redução/(Aumento) em outros créditos		92.085	(148.531)
(Aumento) em Outros valores e bens		(26.505)	(13.720)
(Redução) em Relações interfinanceiras - passivo		(207)	(17.121)
Aumento em Outras obrigações		545.602	210.404
Imposto de renda e contribuição social pagos		15.222	654
Juros pagos sobre empréstimos	16	(464.319)	(299.554)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		22.714	1.507
Obrigações por operações compromissadas	17	478.445	-
Caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais		70.184	(799.512)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	12.b	(4.361)	(669)
Aquisição de intangível	13.b	(49.921)	(39.226)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(54.282)	(39.895)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos	16	6.050.016	4.490.500
Pagamento de empréstimos	16	(5.917.435)	(3.817.613)
Aumento de capital de não controladores	23.e	19.083	155.889
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		151.664	828.776
Efeito líquido no caixa e equivalentes de caixa		167.566	(10.631)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	34.292	46.266
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	201.858	35.635
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa		167.566	(10.631)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento (“Companhia”), instituição líder do conglomerado prudencial, controlada direta pela Neon Payments Limited (“Neon Payments”) com sede no Reino Unido, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída e existente segundo as leis brasileiras, e sua sede está localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia, em conjunto com as demais entidades controladas pela Neon Payments Limited, são referidas em conjunto como Grupo Neon.

A Companhia, suas controladas diretas e indiretas (conforme apresentado na Nota 2), e os fundos consolidados, aqui são denominados em conjunto como “Grupo” ou “Conglomerado”.

A Companhia e o Grupo Neon atuam na exploração de atividades relacionadas à prestação de serviços no âmbito do seu próprio arranjo de pagamento ou de terceiros, como instituição de pagamento, que incluem, mas não se limitam, à prestação de serviço de emissão de instrumentos de pagamento pré e pós-pagos e à instituição e administração de arranjo de pagamento próprio, sendo responsável por desenvolver as regras e os procedimentos que disciplinam a prestação de serviços de pagamento ao público.

A Companhia tem autorização do Banco Central do Brasil (“BACEN”) para funcionar como instituição de pagamentos, nas modalidades emissora de moeda eletrônica e emissora de pagamento pós-pago. Em decorrência da autorização, a Companhia aplica os critérios contábeis de elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial estabelecidos pelo BACEN.

Essas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional, considerando os planos vigentes do Grupo que incluem aumento de captações financeiras, como parte da estratégia de aquisição da Neon Financeira, aumentando o capital de giro do Grupo para financiamento, principalmente das operações de cartão de crédito.

Adicionalmente, o Grupo têm descontinuado os arranjos de *funding* através de FIDCs com a internalização de operações antes realizadas por parceiros que reduzem custos relevantes de captação e da operação, além de proporcionar maior autonomia ao Grupo na oferta de crédito e de serviços. A Administração, com base no seu plano de negócios e no resultado esperado oriundo dos seus investimentos, prevê o crescimento da sua base de clientes com foco em qualidade e o aumento de suas receitas.

Como consequência desses e de outros eventos, incluindo a geração de caixa e resultados próprios, a Administração entende estar em posição confortável de liquidez frente aos compromissos representados pelo seu passivo circulante e não circulante.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, com base na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), com as alterações determinadas pelas Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, em consonância às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”), e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicáveis, aqui denominados em conjunto como “BACEN GAAP”.

Para fins da consolidação, a Administração preparou as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com as disposições de práticas de consolidação previstas na Resolução BCB nº 168, de 1º de dezembro de 2021, do BACEN. Nesse sentido e em atendimento ao artigo 2º da Resolução BCB nº 168/21, abrangem essas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial do Conglomerado liderado pela Companhia as seguintes entidades assemelhadas:

Nome da empresa	Ramo de atividade	% no conglomerado	
		30/06/2026	31/12/2025
Neon Financeira - Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI)	100%	100%
Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	100%	100%
Neon Blue Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	Fundo de Investimento	100%	100%
C+ Valora Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	FIDC	50%	50%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Neon UP	FIDC	100%	100%
Consiga Mais Fundo de investimentos em Direitos Creditórios (ii)	FIDC	-	100%
Fundo de investimentos em Direitos Creditórios Neon FGTS (ii)	FIDC	-	100%

- (i) Refere-se à participação nas cotas subordinadas.
- (ii) Em março de 2026, os fundos FIDC Consiga Mais e FIDC Neon FGTS foram encerrados e liquidados integralmente, razão pela qual não apresentam posições em 30 de junho de 2026.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para a elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, foram eliminados os saldos entre empresas participantes do conglomerado, sendo as participações, os saldos das contas de ativos, passivos e resultado.

A seguir apresentamos as controladas diretas e indiretas da Companhia não consolidadas por não serem parte do escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial, conforme os requisitos da Resolução BCB nº 168/21:

Nome da empresa	Ramo de atividade	% no conglomerado	
		30/06/2026	31/12/2025
Neon Tecnologia Ltda.	Tecnologia da informação	100%	100%
Contador X Tecnologia de Informação S.A. (“MEI Fácil”)	Tecnologia e serviços administrativos	45,5%	45,5%
Consiga Mais Cobrança e Serviços Ltda.	Serviços administrativos	80,9%	80,9%

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial da Companhia evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Essas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial foram aprovadas e autorizadas pela diretoria da Companhia em 21 de setembro de 2026.

3. Sumário das principais políticas contábeis

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional do Grupo, conforme descrito na Nota 1.

As práticas contábeis materiais adotadas pelo Grupo são as seguintes:

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais são reconhecidos na Demonstrações consolidadas do resultado.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado no período em que elas ocorrem, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20. Conforme solicitado pelo BCB nº 120/2021 o Grupo está em conformidade com as etapas de reconhecimento de receita com clientes que são: (i) identificação do contrato com o cliente, (ii) identificação das obrigações de desempenho, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho e (v) reconhecimento da receita. Em relação aos produtos do Grupo, para cartões a operação é considerada satisfeita no momento da autorização/liquidação da transação, já sobre os produtos de empréstimo pessoal e consignado ocorrem conforme o prazo decorrido da operação (*pro rata die*).

c. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição e que não haja restrição quanto à disponibilidade do recurso.

d. Instrumentos financeiros

Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Grupo são classificados nas seguintes categorias:

- Custo amortizado (“CA”): o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”): o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. Para operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito essa categoria não pode ser aplicável;
- Valor justo por meio do resultado (“VJR”): o ativo financeiro é gerido para transacionar de forma ativa e frequente o ativo financeiro (compra e venda no curto prazo). Além disso, são classificados nessa categoria ativos financeiros mantidos em outros modelos de negócio, mas que os fluxos de caixa contratuais são compostos por outros elementos que não principal e juros, por falhar no teste de Somente Pagamento de Principal e Juros.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A classificação na categoria de CA e/ou VJORA depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – “Teste SPPJ”).

Para determinar o modelo de negócios, o Grupo avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: (i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; (ii) pela venda, ou por (iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao “Valor justo por meio do resultado”.

Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

- **Custo amortizado:** os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “receitas da intermediação financeira”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “despesas da intermediação financeira”, ao longo do prazo do respectivo contrato.
- **Ao valor justo em outros resultados abrangentes:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada “Ajuste de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”, líquido dos impostos, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do período na rubrica “receitas da intermediação financeira”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ao valor justo no resultado: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente no resultado.

Valor justo e hierarquia do valor justo:

Os ativos financeiros correspondentes ao modelo de negócio cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro, foram classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes de acordo com o método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.
- Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.
- Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

Atualmente, o Grupo opera com instrumentos financeiros de Nível 1 a 3.

Reclassificação dos instrumentos financeiros

O Grupo não reclassificou seus instrumentos financeiros nem seus passivos financeiros no período apresentado.

Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Método de taxa efetiva de juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis (ex: tarifas atreladas a originação das operações de crédito) pelo Grupo.

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, a Companhia optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Companhia integra o segmento prudencial “S4”, dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada. É realizada a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para o grupo de ativos financeiros ao custo amortizado e os critérios de aplicação de tal metodologia são determinados pela Resolução BCB 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados e os períodos de atraso das operações, conforme descritivos abaixo:

- Carteira 2 (C2): créditos de arrendamento mercantil, nos termos do disposto na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974; créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis; créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança; créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução nº 4.818, de 29 de maio de 2020.
- Carteira 5 (C5): operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais; créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I a IV do caput.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Atualmente a Companhia possui operações nas carteiras “C2” e “C5”.

Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pelo Grupo para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito:

- Ativos financeiros não problemáticos: refere-se aos ativos não caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito. O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no anexo 2 da resolução.
- Ativos financeiros inadimplidos: trata-se dos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal e juros. O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinando no anexo 1 da resolução, acrescidos dos percentuais adicionais determinados para operações inadimplidas.
- Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos: refere-se aos ativos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não seja por atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no artigo 78 da resolução.

Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito

A Companhia considera como ativo com problema de recuperação de crédito, os ativos financeiros que apresentem os seguintes indicativos:

- Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou
- Indicação de que a contraparte não tem mais capacidade financeira de honrar a obrigação nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais, independentemente da quantidade de dias de atraso da operação;
- Para os títulos e valores mobiliários, quando houver dúvida razoável quanto ao recebimento pontual do principal e juros, independentemente do número de dias vencidos, incluindo critérios de: (a) mudanças nas políticas monetárias que afetam os TVM de forma a reduzir preço ou liquidez; ou (b) alterações na liquidez do ativo financeiro por piora na qualidade creditícia da contraparte;
- Reestruturação: É considerado como reestruturação, uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte, são

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para a condição de ativo problemático, com exceção de operações que possuam uma fonte de pagamento mais segura, como o Crédito Consignado em folha de pagamento, cujo pagamento ocorre independente da ação do cliente.

A partir do momento da caracterização, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Os ativos financeiros são baixados para prejuízo pelo Grupo, a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação.

A Companhia deixa de caracterizar a operação como ativo problemático somente no caso de melhora significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas, também denominado como “cura”.

Para fins de critérios de “cura”, a Companhia considera as seguintes premissas:

- Ausência de parcelas vencidas, incluindo encargos;
- Após inexistência de parcelas vencidas, pagamento tempestivo (em dia) de principal e encargos por um período suficiente para indicar melhora financeira significativa da contraparte. Atualmente, consideramos 3 meses de pagamento tempestivo para como indicativo de melhora financeira;
- Evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originais ou modificadas, sem necessidade de garantias adicionais; e
- Inexistência de outros critérios que indiquem um risco de não cumprimento da obrigação, enquadram a operação como ativo problemático.

Vale salientar, que a aplicação da regra de “cura” leva em consideração todas as operações do cliente e não somente a operação que eventualmente levou o cliente a ser considerado como Ativo Problemático, ou seja, caso o cliente possua outra operação em atraso, ele não estará elegível a “cura” mesmo quitando o débito da operação originadora do Ativo Problemático.

Operação de Cessão de Direitos Creditórios (Securitização)

No primeiro semestre de 2026, o Grupo cedeu à OPEA Securitizadora S.A. ("OPEA") direitos creditórios oriundos de operações de crédito consignado, sem coobrigação, nos termos do respectivo Contrato de Cessão. Em contrapartida, o Grupo subscreveu a totalidade das debêntures emitidas pela OPEA no âmbito de emissão com séries Sênior e Subordinada, lastreadas nos direitos creditórios cedidos.

Nos termos do art. 27 da Resolução BCB nº 352/2023, a avaliação de transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro deve considerar a variação na exposição da instituição ao valor presente do fluxo de caixa esperado, antes e depois da cessão. No presente caso, embora não exista coobrigação formal, o Grupo

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

detêm a totalidade das cotas da série subordinada da emissão, a qual atua como absorvedora de primeira perda da carteira cedida. Dessa forma, a exposição do Grupo à variação no valor presente dos fluxos de caixa esperados da carteira não foi alterada de forma significativa pela cessão, caracterizando a operação como classificada na categoria "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", nos termos do art. 26, §2º, da Resolução BCB nº 352/2023.

Em decorrência desse enquadramento, o registro contábil da operação observou os procedimentos do art. 29 da Resolução BCB nº 352/2023, segundo os quais:

- (a) os direitos creditórios cedidos permanecem reconhecidos, em sua totalidade, no ativo do Grupo, sujeitos à provisão para perdas esperadas de crédito calculada segundo a política de crédito do Grupo;
- (b) o valor recebido na cessão está registrado no passivo, na rubrica "Cessão de recebíveis - securitização", dentro do grupo "Outros passivos financeiros", em contrapartida ao valor recebido na operação; e
- (c) as debêntures adquiridas estão registradas no ativo pelo custo amortizado, não havendo mensuração a valor justo.

Em 30/06/2026, os saldos relacionados à operação eram:

Rubrica	Valor
Direitos creditórios cedidos	609.505
(-) Provisão para perdas esperadas	(14.999)
Cessão de recebíveis - securitização	605.255
Ativo com Debênture Sênior e Subordinada	763.698

e. Provisão para perdas esperadas sobre limites de crédito concedidos e não utilizados

Além da carteira de crédito já desembolsada, a Companhia constitui provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre a parcela dos limites de crédito concedidos a clientes e ainda não utilizada (compromissos de crédito), em conformidade com a Resolução BCB nº 352/23.

Como esses instrumentos não representam, por si só, um ativo financeiro reconhecido no balanço patrimonial, a provisão para perdas esperadas correspondente não é apresentada como conta redutora de ativo, mas sim como uma obrigação presente, registrada no passivo, na rubrica "Provisão para perdas esperadas".

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

f. Instrumentos Financeiros Derivativos e Contabilidade de Hedge

O Grupo realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para fins de *hedge* de fluxo de caixa. O objetivo é mitigar a exposição do Grupo ao risco das variações das taxas de juros pós-fixadas (CDI) atreladas às atividades de captação, designando especificamente o componente de risco correspondente a 100% do CDI incidente sobre os CDBs.

As operações são conduzidas em conformidade com a Política de *Hedge Accounting* e são formalmente documentadas no Termo de Designação. Essa documentação contém o objetivo de gestão do risco, a estratégia de proteção, o tipo de contabilização de *hedge*, a natureza do risco protegido, os instrumentos utilizados, a metodologia de avaliação de efetividade, as fontes de inefetividade e a previsão de renovação, substituição ou rolagem das posições.

A parcela efetiva das variações de valor justo é reconhecida no patrimônio líquido em “Ajuste de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”. Esse saldo é reclassificado para o resultado de forma linear, acompanhando os impactos dos fluxos de caixa do item protegido. A parcela inefetiva é reconhecida diretamente no resultado do período.

Em 30 de junho de 2026, o Grupo contratou instrumentos de hedge (SWAP) para proteção de cerca de 13% da carteira total de depósitos a prazo. O valor justo calculado deste instrumento era de R\$ 870, em 30 de junho de 2026, classificado no Nível 2 da hierarquia de valor justo, e o saldo acumulado em conta destacada do patrimônio líquido, referente à parcela efetiva da proteção, era de R\$ 288. No período findo nesta data, foi reconhecida diretamente na demonstração de resultado uma perda por inefetividade na relação de proteção no montante de R\$ 162.

Os testes de efetividade realizados na data de designação e mensalmente durante a vigência do hedge demonstraram índices dentro dos parâmetros estabelecidos (80% a 125%), confirmando a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.

g. Valores a receber de cartões e operações de crédito e provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Nas transações de cartão de crédito, os valores utilizados pelos clientes compõem um contas a receber do Grupo como emissor. O fluxo dessa operação é realizado da seguinte forma: na data de vencimento da fatura, os montantes não recebidos pelos portadores de cartões são liquidados pela Neon Financeira, conforme contratos firmados, e, assim, se torna a detentora da carteira de recebíveis financiados. Para a parcela de crédito financiado pela Neon Financeira, a Companhia atua como correspondente e agente de cobrança junto ao cliente (portador do cartão).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração ratifica o entendimento de que ambas as instituições estão presentes no mesmo grupo econômico, no entanto, a Neon Financeira sempre garantirá a aquisição de créditos que se tornarem inadimplentes no balanço da Companhia. Logo, o risco assumido pela eventual inadimplência dos clientes é totalmente absorvido pela Neon Financeira. Para o cálculo da provisão, a Neon Financeira segue o modelo estipulado pela Resolução BCB nº 352/23.

h. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – *Impairment*

A Companhia efetua avaliações no mínimo anualmente para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na Demonstrações consolidadas do resultado.

i. Despesas antecipadas

A Companhia considera como despesas antecipadas aquelas pagas ou devidas com antecedência, mas que se referem a períodos de competência subsequentes. As despesas de exercícios seguintes são apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência.

Os gastos de *embossing* (confeção) e postagem de cartões para os clientes são registrados como despesas antecipadas (Nota 9), dado que a Companhia é capaz de identificar e relacionar diretamente os custos dispendidos com o cliente/contrato por meio de mecanismos de identificação e controles. A amortização dos valores ocorre em base sistemática consistente a partir da entrega ao cliente e durante 5 anos, período de validade dos cartões e no qual a Companhia transfere os serviços ao cliente e cumpre suas obrigações de desempenho.

A partir do acompanhamento de continuidade da utilização dos cartões, a Companhia registra mensalmente provisão para redução ao valor recuperável de ativos com base na inativação de cartões (de acordo com regras de ausência de transações / uso do plástico).

j. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial no balanço individual da Companhia e incluem os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) identificados nas combinações de negócios. O ágio representa o excesso do valor pago sobre o valor justo dos ativos líquidos identificados na data da aquisição.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme exigido pelas normas contábeis, o Grupo realiza anualmente o teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio, ou com maior frequência caso existam indicadores de desvalorização. Para o semestre findo em 30 de junho de 2026, nenhum indício de redução no valor recuperável de ativos não financeiros foi identificado, e portanto, nenhuma provisão foi registrada nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Com base em projeções futuras e análises de sensibilidade, o valor recuperável apurado excedeu o valor contábil dos ativos, não sendo identificado qualquer indicativo ou necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável nas empresas do Grupo nesta data base.

k. Imobilizado de uso

O imobilizado é contabilizado, em conformidade com a Resolução BCB 06/2020, a valor de custo excluindo os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Alterações na vida útil estimada são contabilizadas como mudanças no método ou no período de amortização, e apropriadamente tratadas como alterações de estimativas contábeis.

A depreciação é calculada usando o método linear para reduzir o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada.

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em “outras receitas operacionais” na Demonstrações consolidadas do resultado do ano em que o ativo foi alienado.

l. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registrados conforme Resolução BCB 07/2020, ao custo e incluem os ativos adquiridos ou desenvolvidos internamente. Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo puder ser mensurado com segurança e for provável que os benefícios econômicos futuros a ele atribuídos sejam realizados.

Os ativos intangíveis podem ter vida útil definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, que são reconhecidas pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável e são registradas na Demonstrações consolidadas do resultado.

A Companhia reconhece ativos intangíveis gerados internamente quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo fluam para a entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo de um ativo intangível gerado internamente compreende todos os custos diretamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de operar da forma pretendida pela administração. Os custos com pessoal relacionados ao desenvolvimento de *software* foram baseados nas horas atribuídas pelas equipes de negócios e de tecnologia para a adição de novas funcionalidades ou novos produtos nos aplicativos do Grupo Neon (*software* desenvolvido internamente), e respectivos custos dispendidos, os quais puderam ser atribuídos a ativos intangíveis identificados, e/ou adicionaram novas funcionalidades, e/ou estendem o uso / aplicações de ativos identificados já existentes. Tais custos são controlados por projeto / ativos identificados, amortizados no prazo de vida útil residual estimada. Anualmente, é feita uma avaliação se há indicação de redução ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida referem-se basicamente a *softwares*, bem como licenças e direitos de uso, amortizados linearmente a partir da data da sua disponibilização para uso, considerando a vida útil atribuída. As marcas registradas são ativos intangíveis, podendo ser classificadas com vida útil indefinida ou definida, dependendo da avaliação individual do ativo.

m. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – *impairment*

Os ativos não financeiros são avaliados para verificar se há evidência de que possa ocorrer uma perda no seu valor contábil. As indicações de desvalorização consideram fontes externas ou internas de informação, durante o período ou por ocasião da elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Fontes externas incluem, não exaustivamente, o seguinte:

- Redução do valor de mercado do ativo significativamente maior do que a esperada em decorrência da passagem do tempo ou da utilização do ativo;
- Ocorreram, ou ocorrerão em futuro próximo, mudanças significativas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
- As taxas de juros de mercado, ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram, e esses acréscimos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor de um ativo em uso e diminuirão significativamente o seu valor recuperável;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade se tornou maior do que o valor de suas ações no mercado.

Fontes internas incluem, não exaustivamente, o seguinte:

- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico;

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ocorreram, ou ocorrerão em futuro próximo, mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças, entre outras, incluem: o ativo que se torna inativo, o ativo que a administração planeja descontinuar, reestruturar ou baixar antecipadamente; ou, ainda, o ativo que passa a ter vida útil definida ao invés de indefinida;
- Levantamentos ou relatórios internos que evidenciem, por exemplo, a existência de dispêndios extraordinários de construção, capitalização excessiva de encargos financeiros, entre outros, e indiquem que o desempenho econômico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado;
- Redução do retorno esperado em determinado ativo / unidade geradora de caixa;
- Não cumprimento de metas, orçamentos e indicadores de desempenhos internos (*KPIs – Key Performance Indicator*);
- Alterações negativas em premissas utilizadas para avaliação de ativos, tais como: fluxos de caixa e volumes projetados, taxas de desconto, entre outras.

Anualmente a Companhia avalia se há indicativos de desvalorização de um ativo. Se houver evidências de perda no valor recuperável, são realizados testes de *impairment* pelo método de fluxo de caixa descontado ou outro método que seja adequado para mensuração do valor recuperável do ativo.

Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, são testados anualmente ativos com vida útil indefinida ou ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável do ativo avaliado for menor que o valor contábil, a diferença existente entre esses valores é ajustada pela constituição de provisão para perdas, redutora dos ativos, em contrapartida ao resultado do período.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2026, nenhum indício de redução no valor recuperável de ativos não financeiros foi identificado, e portanto, nenhuma provisão foi registrada nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial.

n. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes e dos ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09 e pela Resolução BCB nº 9/2020, que determinam a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25 pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de evento passado, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidá-la e quando o valor da obrigação possa ser estimado com suficiente confiabilidade, tendo como contrapartida o resultado do período.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, sendo divulgados apenas quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Passam a ser reconhecidos somente quando sua realização se tornar praticamente certa.

Passivos contingentes são avaliados com base no julgamento da Administração, apoiado na opinião de assessores jurídicos internos e externos, e classificados como:

- **Prováveis:** quando for mais provável que sim do que não que a Companhia possua obrigação que resultará em saída de recursos. Nesses casos, é constituída provisão registrada no balanço patrimonial, em conta de outras obrigações diversas. A classificação considera o histórico de desfechos em causas de mesma natureza, a jurisprudência aplicável e a opinião dos assessores jurídicos, e o valor da provisão é calculado com base na melhor estimativa do desembolso, tomando como referência a média histórica de pagamentos, excluídos valores atípicos.
- **Possíveis:** quando a obrigação puder requerer, mas não for provável que requeira, saída de recursos. Não é constituída provisão, sendo divulgado o efeito financeiro estimado com base no valor da causa.
- **Remotas:** quando a probabilidade de saída de recursos for remota. Não é constituída provisão nem exigida divulgação.

o. Imposto de renda e Contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro/prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa acumulada. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados por meio de estudos técnicos realizados pela Administração.

Para o cálculo do Imposto de renda, a alíquota-base utilizada é de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10% para o lucro ajustado acima de R\$ 240 anual. Para a Contribuição Social, o cálculo ocorre sobre o lucro ajustado antes dos impostos, na forma da legislação, à alíquota de 15%, sendo que desde abril de 2026, e com base na Lei Complementar 224/25, a alíquota passou a ser de 17,5%, e será de 20% a partir de janeiro de 2028..

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

p. Depósitos

Corresponde aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamentos pré-pagas, depositadas no Aplicativo Neon e estão avaliados pelos valores de liquidação.

q. Planos de remuneração de longo prazo

- **Remuneração baseada em ações**

O valor justo na data de outorga do plano de opções de compra de ações (“SOP”) concedido aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que a condição de serviço será atendida, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam à condição de serviço na data de aquisição (*vesting date*).

O valor justo do montante a pagar aos empregados, com relação ao programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa – *Phantom Shares*, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

r. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

s. Resultado por ação

Conforme facultado às instituições de pagamento pela Resolução BCB nº 2/20, parágrafo 5º do artigo 5º, optamos por não observar o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por ação.

t. Uso de estimativa e julgamento

Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As estimativas consideradas mais relevantes pelo Grupo estão relacionadas aos seguintes tópicos:

- Provisão para perdas de associadas ao risco de crédito - Nota 7

Para a carteira de crédito, foi reconhecido em 30 de junho de 2026 o valor de (R\$ 2.150.410), (R\$ 1.908.405) em 31 de dezembro de 2025 em consoante com o requerido pela Resolução BCB nº 352/23.

- Provisão para perdas de crédito – Limites de cartões - Nota 7

Esses instrumentos geram exposição ao risco de crédito na medida em que o titular pode sacar o limite antes de eventual deterioração. A provisão para exposições contingentes mensura a perda esperada sobre o volume que, com base em comportamento histórico, será convertido em saldo devedor nos próximos 12 meses.

- Provisão de baixa dos gastos capitalizados relacionados à confecção e envio de cartões, decorrente da inatividade de clientes, conforme Nota 9.

A provisão de baixa dos gastos capitalizados é estimada de acordo com a representatividade de inatividade de clientes, considerando um prazo de ausência de utilização e saldo em conta, estabelecidos em política interna, em relação à base ativa de cartões.

- Projeções de lucro tributável para realização do crédito tributário diferido – Nota 10

A Companhia revisa a expectativa de realização do crédito tributário semestralmente, baseado nas projeções de lucro tributável dos próximos 10 anos, utilizando-se premissas alinhadas com a estratégia do Grupo e indicadores econômicos avaliados como mais apropriados para o setor.

- Pagamentos baseados em ações – Nota 34

A Companhia usa os modelos de precificação de opções *Black-Scholes* e binomial para estimar o valor justo da remuneração baseada em ações recebida pelos funcionários e administradores outorgados. Algumas premissas de volatilidade e riscos foram utilizadas e são consistentes com as características do Grupo e do plano.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia usou como referência a volatilidade das ações do Itaú-Unibanco, Bradesco, Santander, Banco do Brasil, Nubank e Banco Inter. O *Risk-Free* usado foi o *Treasury bill* (nota do Tesouro americano) porque é o ativo líquido com o menor risco.

- **Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros – Nota 5**

O grau de julgamento envolvido na determinação do valor justo depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou de parâmetros de mercado observáveis. Quando esses dados não estão totalmente disponíveis, a Administração exerce julgamento para estimar o valor justo, com base em técnicas de precificação usualmente adotadas pelo mercado.

Mudanças nas condições de mercado — como redução de liquidez ou alterações na atividade do mercado secundário — podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos dados observáveis utilizados. Nesses casos, é necessário julgamento significativo da Administração para determinar se um instrumento deve ser classificado como Nível 2 ou Nível 3 na hierarquia de valor justo.

Essa determinação considera todas as informações disponíveis que participantes do mercado utilizariam para mensurar o valor justo do instrumento, incluindo dados observáveis de mercado, indicadores de liquidez e a compreensão das técnicas de avaliação e das premissas utilizadas. Quando dados não observáveis (Nível 3) são considerados significativos para a mensuração do instrumento em sua totalidade — como ocorre atualmente com as operações de crédito e as debêntures do Grupo —, o processo de determinação do valor justo é mais subjetivo e envolve maior grau de julgamento e premissas da Administração.

u. Contexto Regulatório

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025 instituindo a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), em substituição ao ISS, Pis e Cofins. Em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227 que definiu as alíquotas do IBS/CBS aplicáveis aos serviços financeiros entre 2027 e 2033, prevendo aumento progressivo de 10,85% para 12,50%. Para as tarifas atualmente sujeitas ao ISS, está prevista, no mesmo período, uma redução da alíquota de 2% para 1,2%. A Administração está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades em moeda nacional	201.858	34.292
Total	201.858	34.292

5. Títulos e valores mobiliários

5.a Ativos financeiros ao custo amortizado

	30/06/2026		31/12/2025
	Vencimento	Valor de custo amortizado	Valor de custo amortizado
Instrumentos financeiros			
Compromissadas - Letras Financeiras do Tesouro	-	-	650.000
Compromissadas - Notas do Tesouro Nacional	-	-	35.845
Debêntures	Acima de 1 ano	763.698	-
Total		763.698	685.845

5.b Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	30/06/2026			31/12/2025
	Hierarquia do valor justo	Valor de custo	Valor justo	Valor justo
Instrumentos financeiros				
Fundo BTG Pactual	2	20	20	35
Cotas de fundos de investimento	2	5.469	5.469	13.017
Cotas de Capital em Cooperativas	2	11	11	11
Total		5.500	5.500	13.063

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.c Ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros	30/06/2026				31/12/2025
	Hierarquia do valor justo	Vencimento	Valor de custo	Valor justo	Valor justo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	Acima de 1 ano	1.178.845	1.274.239	985.944
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculados a Garantia	1	Acima de 1 ano	478.036	590.868	553.470
Certificado de depósito bancário	2	Acima de 1 ano	51	51	16
Debêntures	2	Acima de 1 ano	-	-	239
Total			1.656.932	1.865.158	1.539.669

6. Relações interfinanceiras

	30/06/2026	31/12/2025
Valores relacionados a transações de pagamento (i)	1.569.597	1.701.498
Total	1.569.597	1.701.498

- (i) Refere-se ao valor depositado em conta corrente de moeda eletrônica junto ao BACEN (CCME).

7. Valores a receber de cartões e operações de crédito

7.a Ativos financeiros ao custo amortizado

(i) Composição dos recebíveis

	30/06/2026	31/12/2025
Valores a receber cartões de crédito (i)	6.692.078	6.065.422
Empréstimo consignado (ii)	1.130.991	961.698
Empréstimo pessoal	856.954	819.601
Outros	-	83
Valores a receber cartões de crédito	8.680.023	7.846.804
Provisão para perdas créditos	(2.150.409)	(1.908.405)
Total	6.529.614	5.938.399

- (i) O referido saldo de valores a receber de cartões de crédito, liquidados e não liquidados pelos portadores, nas respectivas datas de vencimento.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Dentro deste montante, destacamos o valor de R\$ 609.505, o qual se refere a direitos creditórios cedidos à OPEA Securitizadora S.A., os quais permanecem reconhecidos no ativo do Grupo por reter substancialmente os riscos e benefícios da operação (Nota 3.d.).

(ii) Composição das operações por carteira, situação e faixa de vencimento

	30/06/2026			
	C2	C5	Total saldo contábil bruto	% Sobre total geral
Ativos não problemáticos				
Até 14 dias de atraso	386.568	5.130.788	5.517.356	64%
De 15 a 30 dias de atraso	12.681	111.163	123.844	1%
De 31 a 60 dias de atraso	-	51.686	51.686	1%
De 61 a 90 dias de atraso	-	39.346	39.346	0%
Total	399.249	5.332.983	5.732.232	66%
Ativos problemáticos não inadimplidos				
Até 14 dias de atraso	2.322	393.343	395.665	5%
De 15 a 30 dias de atraso	1.689	33.382	35.071	0%
De 31 a 60 dias de atraso	-	171.901	171.901	2%
De 61 a 90 dias de atraso	-	181.338	181.338	2%
Total	4.011	779.964	783.975	9%
Ativos problemáticos inadimplidos				
De 0 a 30 dias de atraso	-	223.768	223.768	3%
De 31 a 60 dias de atraso	-	209.151	209.151	2%
De 61 a 90 dias de atraso	-	171.439	171.439	2%
De 91 a 120 dias de atraso	-	145.010	145.010	2%
De 121 a 150 dias de atraso	-	154.431	154.431	2%
De 151 a 180 dias de atraso	-	144.735	144.735	2%
De 181 a 210 dias de atraso	-	142.756	142.756	2%
De 211 a 240 dias de atraso	-	138.987	138.987	2%
De 241 a 270 dias de atraso	-	120.382	120.382	1%
De 271 a 300 dias de atraso	-	123.214	123.214	1%
De 301 a 330 dias de atraso	-	85.817	85.817	1%
De 331 a 360 dias de atraso	-	122.669	122.669	1%
Acima de 360 dias	-	381.457	381.457	4%
Total	-	2.163.816	2.163.816	25%
Total geral	403.260	8.276.763	8.680.023	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025				
	C2	C4	C5	Total saldo contábil bruto	% Sobre total geral
Ativos não problemáticos					
Até 14 dias de atraso	345.163	10	4.731.528	5.076.701	65%
De 15 a 30 dias de atraso	10.760	2	93.103	103.865	1%
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	50.783	50.783	1%
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	38.814	38.814	0%
Total	355.923	12	4.914.228	5.270.163	67%
Ativos problemáticos não inadimplidos					
Até 14 dias de atraso	1.654	-	287.659	289.313	4%
De 15 a 30 dias de atraso	1.586	-	23.741	25.327	0%
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	134.057	134.057	2%
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	119.080	119.080	2%
Total	3.240	-	564.537	567.777	7%
Ativos problemáticos inadimplidos					
De 0 a 30 dias de atraso	-	-	185.435	185.435	2%
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	179.076	179.076	2%
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	149.082	149.082	2%
De 91 a 120 dias de atraso	-	-	150.974	150.974	2%
De 121 a 150 dias de atraso	-	-	136.938	136.938	2%
De 151 a 180 dias de atraso	-	-	156.834	156.834	2%
De 181 a 210 dias de atraso	-	-	119.006	119.006	2%
De 211 a 240 dias de atraso	-	18	198.396	198.414	3%
De 241 a 270 dias de atraso	-	55	148.187	148.242	2%
De 271 a 300 dias de atraso	-	-	101.640	101.640	1%
De 301 a 330 dias de atraso	-	-	123.318	123.318	2%
De 331 a 360 dias de atraso	-	-	93.066	93.066	1%
Acima de 360 dias	-	-	266.839	266.839	3%
Total	-	73	2.008.791	2.008.864	26%
Total geral	359.163	85	7.487.556	7.846.804	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Concentração das operações

	30/06/2026	31/12/2025
Dez maiores devedores	2.172	2.355
Cinquenta seguintes maiores devedores	7.662	5.802
Cem seguintes maiores devedores	6.400	8.801
Demais clientes	8.663.789	7.829.846
Total	8.680.023	7.846.804

(iv) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

		30/06/2026					
Carteira	Situação	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total	Perdas incorridas	Perdas esperadas adicionais	Total perda esperada
C2	Ativos não problemáticos	394.198	5.054	399.252	(614)	(5.242)	(5.856)
C2	Ativos problemáticos não inadimplidos	3.548	463	4.011	(70)	(1.270)	(1.340)
C2	Ativos problemáticos inadimplidos	-	-	-	-	-	-
	Total carteira C2	397.746	5.517	403.263	-	684,00	(6.512)
C5	Ativos não problemáticos	5.114.914	219.803	5.334.717	(51.952)	(65.226)	(117.178)
C5	Ativos problemáticos não inadimplidos	431.874	346.352	778.226	-	(416.559)	(416.559)
C5	Ativos problemáticos inadimplidos	145.654	2.018.163	2.163.817	(1.541.799)	(67.677)	(1.609.476)
	Total carteira C5	5.692.442	2.584.318	8.276.760	(1.593.751)	(549.462)	(2.143.213)
	Total geral da carteira	6.090.188	2.589.835	8.680.023	(1.594.435)	(555.974)	(2.150.409)

		31/12/2025					
Carteira	Situação	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total	Perdas incorridas	Perdas esperadas adicionais	Total perda esperada
C2	Ativos não problemáticos	351.791	4.132	355.923	(669)	(4.540)	(5.209)
C2	Ativos problemáticos não inadimplidos	2.826	415	3.241	(49)	(1.034)	(1.083)
C2	Ativos problemáticos inadimplidos	-	-	-	-	-	-
	Total carteira C2	354.617	4.547	359.164	(718)	(5.574)	(6.292)
C4	Ativos não problemáticos	12	1	13	-	-	-
C4	Ativos problemáticos não inadimplidos	-	-	-	-	-	-
C4	Ativos problemáticos inadimplidos	-	72	72	(50)	(3)	(53)
	Total carteira C4	12	73	85	(50)	(3)	(53)

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

C5	Ativos não problemáticos	4.583.523	335.406	4.918.929	(52.353)	(54.917)	(107.270)
C5	Ativos problemáticos não inadimplidos	310.913	248.923	559.836	(22.315)	(277.386)	(299.701)
C5	Ativos problemáticos inadimplidos	125.144	1.883.646	2.008.790	(1.428.374)	(66.715)	(1.495.089)
	Total carteira C5	5.019.580	2.467.975	7.487.555	(1.503.042)	(399.018)	(1.902.060)
	Total geral da carteira	5.374.209	2.472.595	7.846.804	(1.503.810)	(404.595)	(1.908.405)

(v) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do exercício	(1.908.405)	(1.227.694)
Créditos baixados para prejuízo	538.288	908.932
Constituição da provisão para perdas esperadas no exercício	(780.292)	(1.479.619)
Adoção inicial - Resolução BCB nº 352/23	-	(65.709)
Estoque baixado em cessões de carteiras	-	(44.315)
Perda esperada de crédito - Valores a receber cartão de crédito	(2.150.409)	(1.908.405)
Perda de crédito esperada - Outros (i)	(28.528)	-
Total	(2.178.937)	(1.908.405)

- (i) Refere-se à provisão para perdas esperadas sobre os limites de créditos de cartões ainda não utilizados pelos clientes (nota 3.e)

Os ativos financeiros são baixados em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito quando não é provável que a instituição recupere o seu valor.

8. Outros créditos diversos

	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda a recuperar	162.364	190.733
Devedores diversos (i)	52.753	61.166
Comissões e reembolsos a receber (ii)	40.757	38.506
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 33)	9.739	9.911
Adiantamento FGC (iii)	6.546	-
Adiantamento e antecipações salariais	5.423	2.217
Saldo transitório "Tudo no crédito" (iv)	-	36.646
Total circulante	277.582	339.179

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Devedores diversos (i)	46.437	28.068
Adiantamento FGC (iii)	24.024	-
Imposto de renda a recuperar	10.513	19.588
Impostos e contribuições a compensar	3.175	5.530
Outros créditos	2.636	2.636
Total não circulante	86.785	55.822
Total	364.367	395.001

- (i) Composto substancialmente por R\$ 17.430 (R\$ 24.901 em 31 de dezembro de 2025) referente à valores a receber de comissão sobre vendas de seguros, R\$ 22.293 (R\$ 31.887 em 31 de dezembro de 2025) referente a valores transitórios juntamente com a parceira Celcoin, para a entrega do produto de recarga de celular e pagamento de conta de consumo e R\$ 13.417 (R\$ 4.273 em 31 de dezembro de 2025) relativos a saldo a liberar de empréstimos.
- (ii) Composto substancialmente por interchange sobre a carteira de cartão de crédito parcelada, no montante de R\$ 35.590 (R\$ 34.600 em 31 de dezembro de 2025).
- (iii) O adiantamento realizado ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) fundamenta-se no Art. 2º, § 2º do Regulamento do FGC (anexo à Resolução CMN nº 4.222/13 e alterações posteriores) e nas Deliberações do Conselho de Administração do FGC de 2026, que aprovaram a antecipação de contribuições pelas instituições associadas.
- (iv) O produto “Tudo no Crédito” é um produto financiado, originado pela Neon Financeira, que permite que o cliente faça um PIX utilizando seu cartão de crédito. Esse saldo transitório é resultante do descasamento temporário entre o volume do desembolso e a velocidade de recomposição do colchão para operacionalização do produto.

9. Outros valores e bens

	30/06/2026	31/12/2025
Ativação de cartões (i)	30.940	26.997
Adiantamento para fornecedores diversos (ii)	29.704	18.452
Despesas antecipadas (iii)	16.693	15.747
Custos de transação - Securitização	2.203	-
Prêmios de seguros	233	1.002
Total Circulante	79.773	62.198
Ativação de cartões (i)	38.378	41.905
Custos de transação - Securitização	11.013	-
Despesas antecipadas (iii)	7.588	8.354

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outras despesas antecipadas	2.627	349
Total não Circulante	59.606	50.608
Total	139.379	112.806

- (i) Refere-se substancialmente a gastos com emissão de cartões disponibilizados para os clientes, cujos benefícios ocorrerão em períodos subsequentes. O prazo de apropriação desses valores em resultado é de cinco anos, cujo efeito no resultado do primeiro semestre de 2026 foi de R\$ 17.586 (R\$ 27.286 em 30 de junho de 2025). O montante de ativação de cartões está líquido de provisão para inativação de R\$ 34.747 (R\$ 34.751 em 31 de dezembro de 2025).
- (ii) Do valor total, R\$ 16.688 (R\$ 8.301 em 31 de dezembro de 2025) se refere a licenças e cessões de uso de software e R\$ 12.633 (R\$ 8.801 em 31 de dezembro de 2025) se refere a processamento de dados.
- (iii) As despesas antecipadas referem-se aos custos diferidos de aquisição e ativação de novos clientes na plataforma E-CRED, que são apropriados ao resultado de acordo com o período do benefício econômico gerado.

10. Imposto de renda e contribuição social

O ativo fiscal diferido é decorrente de diferenças temporárias que serão dedutíveis nos períodos subsequentes e sobre prejuízo fiscal de imposto de renda – IRPJ e base negativa de contribuição social sobre lucro líquido – CSLL, que são passíveis de compensação com lucros futuros.

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social:

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro	26.374	(40.965)
Alíquota nominal do IRPJ e da CSLL (%) (i)	42,5%	40,0%
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(11.209)	16.386
Adições/exclusões permanentes	14.537	913
Diferença de alíquota e/ou resultados não tributados (ii)	5.139	2.578
Aumento de alíquota CSLL (iii)	10.554	-
Tributo diferido não constituído	(2.153)	(13.942)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	16.868	5.935
Tributos correntes	(41.497)	(52.000)
Tributos anos anteriores	(207)	(46)
Tributos diferidos no período (constituído)	58.572	57.981
Total de imposto de renda e contribuição social	16.868	5.935

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) A alíquota utilizada compreende as alíquotas combinadas de IRPJ e CSLL aplicáveis para as subsidiárias financeiras, que representam a parcela mais significativa do Grupo.
- (ii) Ajustes referentes às diferentes alíquotas de CSLL aplicáveis às empresas.
- (iii) Aumento de alíquota de CSLL de 15% para 17,5% em abril de 2026.

b. Saldo e movimentação de créditos tributários

No semestre findo em 30 de junho de 2026, temos registrados o saldo de R\$ 546.716 referentes a prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social e diferenças temporárias referente às entidades Neon Pagamentos e Neon Financeira.

O ativo fiscal diferido não reconhecido em balanço no período perfaz o montante de R\$ 917.735 referentes às entidades Neon Pagamentos e Neon Corretora.

	Saldo em 31/12/2025	Constituição	Saldo em 30/06/2026	Ativo não reconhecido no balanço (*)	Total
Prejuízo fiscal e base negativa	283.941	(8.400)	275.541	775.653	1.051.194
Diferenças temporárias	286.175	66.972	353.147	115.695	468.842
Patrimônio Líquido	-	-	-	26.387	26.387
Adoção CMN 4966	(81.972)	-	(81.972)	-	(81.972)
Ativo fiscal diferido	488.144	58.572	546.716	917.735	1.464.451

	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Saldo em 30/06/2025	Ativo não reconhecido no balanço (*)	Total
Prejuízo fiscal e base negativa	292.235	-	292.235	631.740	923.975
Diferenças temporárias	161.489	57.974	219.463	83.796	303.259
Adoção CMN 4966	-	(81.972)	(81.972)	-	(81.972)
Ativo fiscal diferido	453.724	(23.998)	429.726	715.536	1.145.262

(*) Conforme detalhamento abaixo, na Nota 10.c.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Realização do crédito tributário

A realização e a manutenção do registro contábil do ativo fiscal diferido dependem da geração de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condições definidos pela Resolução BCB nº 15/20, destacando-se a exigência de ter estudo técnico de lucros futuros que demonstre a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de 10 anos e de apresentar histórico de lucros tributáveis em, ao menos, 3 dos últimos 5 anos.

Em 2021, o BACEN, através do ofício determinou a manutenção dos ativos fiscais diferidos da Companhia, sem o reconhecimento de novos valores, no montante de R\$ 327.703 (saldo de 31 de julho de 2021), que hoje tem o montante de R\$281.776 de Prejuízo Fiscal e R\$29.232 de diferença temporárias. Os estudos técnicos de viabilidade para consumo de créditos tributários foram atualizados para o exercício de 2026, demonstrando a expectativa da administração sobre a realização destes créditos em até 10 anos (Nota 36).

A expectativa de realização do ativo fiscal diferido, registrados pelo Grupo, está detalhado a seguir:

Período	Crédito tributário
2026	246.342
2027	51.202
2028	72.966
2029	102.476
2030	63.269
2031	5.940
2032	4.521
Total	546.716

O Grupo revisou e validou a expectativa de realização de seus ativos fiscais diferidos, cujo estudo reflete também uma alteração promovida pela Lei Complementar 224/25, que alterou a alíquota de CSLL aplicável às Sociedades de Crédito e Financiamento, de 15% para 17,5%, com vigência a partir de abril de 2026 e 20% a partir de janeiro de 2028.

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 30 de junho de 2026 é de R\$ 435.427

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos

As participações da Companhia em outras empresas do Grupo são demonstradas abaixo:

	% de participação	30/06/2026			31/12/2025	30/06/2025
		Patrimônio líquido	Valor do investimento	Resultado de participação	Valor do investimento	Resultado de participação
Neon Tecnologia	100,00%	25.957	25.957	7.262	39.899	17.423
ContadorX ("MEI Fácil")	45,48%	6.319	2.874	198	3.390	534
Consiga Mais	80,88%	198	160	(47)	183	(7.268)
Total		32.474	28.991	7.413	43.472	10.689

Consiga Mais

Na aquisição da Consiga Mais, ocorrida em julho de 2021, a Companhia reconheceu um ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$ 89.197. Até 30 de junho de 2026 a amortização acumulada do ágio é de R\$ 87.710 (R\$ 78.791 em 31 de dezembro de 2025), resultando em um saldo líquido de R\$ 1.487 (R\$ 19.326 em 30 de junho de 2025).

O resultado da amortização é divulgado na linha de Depreciação e amortização na Nota 27 - Despesas administrativas. A movimentação dos saldos dos ágios ocorreu conforme abaixo:

	31/12/2025	Amortização no período	30/06/2026
Consiga Mais (i)	10.406	(8.919)	1.487
Total	10.406	(8.919)	1.487

	31/12/2024	Amortização no período	30/06/2025
Consiga Mais (i)	27.814	(8.488)	19.326
Total	27.814	(8.488)	19.326

(i) Baseado em projeções de longo prazo, a expectativa de rentabilidade futura é em 60 meses.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2026 (e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025), não houve redução ao valor recuperável dos referidos ágios.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	30/06/2026				31/12/2025
	<u>Vida útil (anos)</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Saldo líquido</u>
Equipamentos de processamento de dados	5	14.696	(8.237)	6.459	3.806
Móveis e utensílios	10	292	(30)	262	565
Benfeitorias	5	257	(84)	173	186
Instalações	10	36	(23)	13	51
Direito de uso - imóvel	8	13.302	(10.948)	2.354	3.186
Direito de uso - máquinas e equipamentos	5	7.360	(7.360)	-	-
Total		35.943	(26.682)	9.261	7.794

b. Movimentação do imobilizado

	<u>31/12/2025</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>30/06/2026</u>
Equipamentos de processamento de dados	3.806	4.208	(310)	(1.245)	6.459
Móveis e utensílios	565	153	(448)	(8)	262
Benfeitorias	186	-	-	(13)	173
Instalações	51	-	(36)	(2)	13
Direito de uso - imóvel	3.186	-	-	(832)	2.354
Total	7.794	4.361	(794)	(2.100)	9.261

	<u>31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>30/06/2025</u>
Equipamentos de processamento de dados	8.045	669	(710)	(1.879)	6.125
Móveis e utensílios	717	-	-	(75)	642
Benfeitorias	212	-	-	(13)	199
Instalações	68	-	-	(9)	59
Direito de uso - imóvel	-	13.302	-	(9.284)	4.018
Direito de uso - máquinas e equipamentos	-	7.360	-	(7.360)	-
Total	9.042	21.331	(710)	(18.620)	11.043

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível

a. Composição do intangível

	30/06/2026			31/12/2025
	Vida útil (anos)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Desenvolvimento de software (i)	5	230.940	(45.167)	185.773
Relações contratuais com clientes (ii)	7 - 8	104.719	(43.299)	61.420
Marcas e patentes (iii)	5	6.470	(4.584)	1.886
Licenças de uso de software	1 - 3	51.512	(51.322)	190
Acordo de não competição	3	3.915	(3.915)	-
Outros ativos intangíveis	10	847	(311)	536
Total		398.403	(148.598)	249.805

- (i) São capitalizados no ativo intangível os custos de desenvolvimento relacionados à adição de novos recursos ou novos produtos no aplicativo do Grupo Neon, software desenvolvido internamente. Os critérios de reconhecimento estão descritos na Nota 3j.
- (ii) Aquisição de carteira de clientes na combinação de negócios com a Consiga Mais.
- (iii) Marcas adquiridas nas combinações de negócios com a Consiga Mais. A vida útil da marca adquirida no âmbito da aquisição da Consiga Mais foi definida de acordo com o plano de utilização.

b. Movimentação do intangível

	31/12/2025	Adições	Amortização	30/06/2026
Desenvolvimento de software	149.937	49.921	(14.085)	185.773
Relações contratuais com clientes	67.347	-	(5.927)	61.420
Marcas e patentes	2.353	-	(467)	1.886
Licenças de uso de software	229	-	(39)	190
Outros ativos intangíveis	579	-	(43)	536
Total	220.445	49.921	(20.561)	249.805

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024	Adições	Amortização	30/06/2025
Desenvolvimento de software	84.086	39.226	(8.582)	114.730
Relações contratuais com clientes	78.964	-	(5.809)	73.155
Ágio	22.303	-	(4.182)	18.121
Marcas e patentes	3.285	-	(466)	2.819
Licenças de uso de software	766	-	(438)	328
Acordo de não competição	1.087	-	(652)	435
Outros ativos intangíveis	663	-	(42)	621
Total	191.154	39.226	(20.171)	210.209

14. Depósitos

Correspondem a operações envolvendo as obrigações contraídas pelo Grupo junto a seus clientes, usuários do aplicativo Neon, e contemplam montantes correspondentes aos depósitos em conta de pagamento pré-paga, sem remuneração aos clientes.

15. Relações interfinanceiras – obrigações

O Grupo participa em arranjo de pagamento da Visa do Brasil Empreendimentos Ltda. (“Visa”), sendo autorizada a emitir e operar produtos de cartão de crédito ou débito com a bandeira Visa.

Nas transações de cartão de débito físico os valores utilizados afetam diretamente a conta digital do cliente e, em contrapartida, a Companhia se compromete a honrar os montantes com a Visa em D+1, mediante liquidação de agenda. Já para transações de cartão de crédito, os valores utilizados pelos clientes compõem recebimento na Companhia como emissor e em contrapartida a Companhia se compromete a honrar os montantes com a Visa em D+27, mediante liquidação de agenda.

Os montantes referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão demonstrados abaixo:

	30/06/2026	31/12/2025
Valores a pagar de cartões de débito e crédito	2.911.232	2.916.420
Outros	6.082	1.101
Total circulante	2.917.314	2.917.521

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Depósitos e obrigações por aceites cambiais

a. Composição dos depósitos a prazo

	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos a prazo		
A vencer até 3 meses	1.083.382	706.151
A vencer de 3 a 12 meses	1.783.322	1.832.024
Total circulante	2.866.704	2.538.175
A vencer de 1 a 3 anos	2.508.999	2.778.657
A vencer de 3 a 5 anos	1.522	10.364
Total não-circulante	2.510.521	2.789.021
Total	5.377.225	5.327.196

Refere-se exclusivamente a captações mediante emissão de Certificados de Depósito Bancário (CDB), os quais são remunerados de 98,5% a 160% da taxa CDI e os pré-fixados remunerados nas taxas pactuadas, entre 14,5% a.a. e 15% a.a.

b. Movimentação dos títulos emitidos

	Juros				
	31/12/2025	Captações	incorridos	Pagamentos	30/06/2026
Depósito a prazo	5.327.196	6.050.016	381.766	(6.381.754)	5.377.225
Total	5.327.196	6.050.016	381.766	(6.381.754)	5.377.225

	Juros				
	31/12/2024	Captações	incorridos	Pagamentos	31/12/2025
Depósito a prazo	4.576.609	9.031.980	772.256	(9.053.649)	5.327.196
Letras de câmbio	11.170	-	661	(11.831)	-
Total	4.587.779	9.031.980	772.917	(9.065.480)	5.327.196

17. Obrigações por operações compromissadas

Recompras a liquidar – Carteira própria	30/06/2026	31/12/2025
Debêntures (i)	478.445	-
Total	478.445	-

- (i) No primeiro semestre de 2026, o Grupo realizou operação de venda da Debênture Sênior descrita na Nota 5.a, com compromisso de recompra, junto a instituição financeira não relacionada. A operação tem prazo de 24 meses e é remunerada à taxa de CDI + 0,92% ao ano, sendo o título objeto de recompra ao final do prazo pactuado.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A operação é classificada nas Atividades Operacionais na Demonstração de Fluxo de Caixa, em linha com a natureza do Grupo. Em 30 de junho de 2026, o saldo da operação totalizava R\$ 478.445, com despesa de juros de R\$ 13.352 reconhecida no período (Nota 25).

18. Outros passivos financeiros
Passivos financeiros ao custo amortizado

	30/06/2026		31/12/2025
	Valor de custo amortizado	Vencimento	Valor de custo amortizado
Cessão de recebíveis - securitização	605.255	Acima de 1 ano	-
Total	605.255		-

O Grupo realizou cessões de carteiras de recebíveis, com retenção substancial de riscos e benefícios, recebendo, em contrapartida, debêntures lastreadas aos recebíveis, conforme descrito na Nota 3d - Operação de Cessão de Direitos Creditórios (Securitização).

19. Outros passivos – obrigações sociais e estatutárias

	30/06/2026	31/12/2025
PLR e gratificações (i)	16.275	39.666
Total	16.275	39.666

(i) Refere-se à provisão para Participação nos Lucros e Resultados a pagar aos colaboradores (benefícios a empregados).

20. Outros passivos – obrigações fiscais e previdenciárias

	30/06/2026	31/12/2025
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros (i)	57.812	41.540
Impostos e contribuições sobre salários	5.969	6.377
ISS	2.686	3.111
Total	66.467	51.028

(i) Referem-se a impostos e contribuições a recolher (IRPJ, CSLL e PIS/COFINS).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Outras obrigações – diversas

	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores	63.902	72.846
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 33) (i)	44.964	52.497
Provisão para despesas de pessoal (ii)	15.804	9.426
Adiantamentos para futuro aumento de capital	11.718	11.718
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3.926	3.508
Obrigações por arrendamento de imóveis	2.062	1.477
Provisões para contingências (Nota 22)	1.955	1.848
Valores a pagar a sociedades ligadas "Tudo no Crédito" (iii)	-	36.646
Outras provisões operacionais (iv)	53.413	50.046
Total circulante	197.744	240.012
Provisão para despesas de pessoal (ii)	17.229	17.305
Provisões para contingências (Nota 22)	18.468	14.460
Obrigações por arrendamento de imóveis	-	1.410
Total não circulante	35.697	33.175
Total	233.441	273.187

- (i) Operações com sociedades ligadas, conforme Nota 33 – Transações com partes relacionadas.
- (ii) O saldo é composto, substancialmente por provisão de R\$ 14.916 (R\$ 14.764 em 31 de dezembro de 2025) referente ao plano de incentivo de longo prazo de Phantom Shares, no montante de R\$ 10.526 (R\$ 10.432 em 31 de dezembro de 2025) e respectivos encargos e reflexos no montante de R\$ 4.391 (R\$ 4.332 em 31 de dezembro de 2025), conforme demonstrado na Nota 34.
- (iii) O produto “Tudo no Crédito” é um produto financiado, originado pelo Grupo, que permite que o cliente faça um PIX utilizando seu cartão de crédito. Esse saldo transitório é resultante do descasamento temporário entre o volume do desembolso e a velocidade de recomposição da reserva de liquidez na Companhia para a operacionalização do produto.
- (iv) O saldo é composto, substancialmente, por: a) taxa de incentivo de marketing no valor de R\$ 18.700 (R\$ 13.000 em 31 de dezembro de 2025); b) valores transitórios relacionados à parceria com a CELCOIN no montante de R\$ 15.716 (R\$ 18.206 em 31 de dezembro de 2025); e c) provisões para os programas de fidelidade (*cashback*) no total de R\$ 4.432 (R\$ 6.741 em 31 de dezembro de 2025).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Contingências

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e fiscais. Esses processos são acompanhados nas esferas administrativa e judicial e, quando aplicável, amparados por depósitos judiciais.

O Grupo constitui provisão para as ações cíveis, trabalhistas e fiscais classificadas como de perda provável, com base na avaliação da assessoria jurídica interna e externa e na respectiva carta de representação dos advogados. A movimentação dessas provisões no período está demonstrada a seguir:

	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.503	8.778	6.027	16.308
Constituição/(Reversão)	880	1.465	1.770	4.115
Saldos em 30 de junho de 2026	2.383	10.243	7.797	20.423

	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	625	11.224	3.211	15.060
Constituição/(Reversão)	877	(2.445)	2.816	1.248
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.502	8.779	6.027	16.308

Adicionalmente, a Companhia possui ações cíveis, trabalhistas e tributárias classificadas como de perda possível, para as quais não é constituída provisão. Em 30 de junho de 2026, o valor envolvido nessas ações, substancialmente de natureza cíveis, totalizava R\$ 249.126 (R\$ 246.650 em 31 de dezembro de 2025).

As provisões para contingências passivas do Grupo não possuem expectativa de conclusão dos processos no curto prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2026 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.450.627 (R\$ 3.450.627 em 31 de dezembro de 2025), e está representado por 22.494.317 (22.494.317 em 31 de dezembro de 2025) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Líquido dos custos de transação incorridos cumulativamente no montante de R\$ 6.540 (R\$ 6.540 em 31 de dezembro de 2025), o capital social é de R\$ 3.450.627 (R\$ 3.450.627 em 31 de dezembro de 2025).

b. Reserva de capital

A Companhia conta com um plano de opção de compra de ações, aprovado em reunião do Conselho de Administração, pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações seus Administradores e colaboradores.

A Companhia conta com um plano de opção de compra de ações, aprovado em reunião do Conselho de Administração, pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações seus Administradores e colaboradores. Foi reconhecido no semestre findo em 30 de junho de 2026 o valor de R\$ 2.899 (Nota 34) (R\$ 4.862 no semestre findo em 30 de junho de 2025), relativo à despesa do plano em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido, cujo saldo em 30 de junho de 2026 é de R\$ 78.528 (R\$ 75.629 em 31 de dezembro de 2025).

c. Reserva legal

No semestre findo em 30 de junho de 2026 (e exercício findo em 31 de dezembro de 2025), a Companhia não constituiu reserva legal em decorrência dos seus resultados negativos anteriores.

d. Dividendos

Como determinado pelo estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório, na existência de resultado a distribuir, corresponde a 25% sobre o lucro líquido ajustado, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. No semestre findo em 30 de junho de 2026 (e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025), a Companhia não destinou dividendos, em decorrência da apuração de resultados negativos anteriores.

e. Transações com não controladores

Os efeitos das transações com participação dos não controladores sobre o patrimônio líquido do Grupo são constituídos por:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações com participação dos não controladores da Neon Financeira e Neon Corretora

A Neon Financeira e a Neon Corretora não são controladas societariamente pela Neon Pagamentos — são empresas sob o mesmo acionista controlador, com administração comum e atuação no mercado sob a mesma marca. A Resolução BCB nº 168/2021 caracteriza esse tipo de relação como controle para fins de consolidação prudencial, motivo pelo qual essas entidades integram o Conglomerado Prudencial. Os fundos de investimento consolidados integram o perímetro por critério distinto da mesma norma, relacionado à exposição a retornos variáveis e à capacidade de afetá-los.

Como a Neon Pagamentos não detém participação societária direta na Neon Financeira e na Neon Corretora, o patrimônio líquido dessas entidades é apresentado no Balanço Patrimonial Consolidado como participação de não controladores, de forma segregada. As transações entre essas entidades e o acionista comum ao grupo estão detalhadas nesta Nota explicativa.

Transações com participação dos não controladores do FIDC C+ Valora

Conforme detalhado na Nota 2, o Grupo controla os FIDCs na qual detém cotas subordinadas, e portanto, os consolida. As cotas sênior, mezanino e subordinada detidas por terceiros são tratadas como patrimônio líquido de não controladores no consolidado.

A seguir são apresentadas as transações com não controladores no semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Transações entre controladas e não controladores	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Neon Corretora		
Aumento de capital	5.000	800
Estorno de capital devido a baixa do ágio	-	(3.442)
Baixa de ágio de incorporação Neon Holding	-	1.275
Neon Financeira		
Aumento de capital	30.000	67.773
Reserva de capital de pagamento baseado em ações	188	327
Ajuste de ativos financeiros a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(24)	207
Adoção inicial - Resolução CMN nº 4.966/21 - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	299.083
Adoção inicial - Resolução CMN nº 4.966/21 - Aspectos fiscais	-	(81.971)
Baixa de ágio de incorporação Neon Holding	-	4.558
FIDC C+Valora		
Amortização de cotas de FIDCs controlados, detidas por terceiros	(16.081)	(92.122)
	<u>19.083</u>	<u>196.488</u>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Receita de intermediação financeira

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de operações de crédito (a)	1.557.319	1.229.004
Resultado de títulos e valores mobiliários (i)	279.361	213.802
Receitas de operações com cartões (ii)	165.680	153.251
Receitas de serviços com aplicativo (iii)	61.752	42.761
Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez	24.540	47.518
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	880	
Total	2.089.532	1.686.336

- (i) Composto, principalmente, por valores decorrentes da valorização de letras financeiras do tesouro.
- (ii) Refere-se à receita de *interchange* auferida nas transações efetuadas com cartões de débito e crédito.
- (iii) Refere-se às tarifas cobradas em produtos de conta digital, tais como: transferências, saques e boletos.

a. Rendas de operações de crédito

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de empréstimos	400.756	189.918
Encargos com refinanciamento	364.662	411.402
Parcelamento de fatura	319.315	303.722
Receita Pix-Crédito	310.052	120.513
Multa cartão de crédito	81.377	73.013
Duplicatas descontadas fundos de investimentos	24.367	112.872
Outras rendas de operação de crédito	56.790	17.564
Total	1.557.319	1.229.004

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Despesas de intermediação financeira

No curso do processo de geração de suas receitas, o Grupo incorre em diversos custos, tais como despesas de captação de depósitos a prazo, *fees* decorrentes de sua parceria operacional, taxas cobradas pelas transações efetuadas pelos clientes em caixas eletrônicos de autoatendimento, *fees* pagos à bandeira Visa, entre outros. Nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025, os principais custos estavam assim apresentados:

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de captação	(450.364)	(348.829)
Despesas com descontos concedidos	(201.301)	(108.447)
Operações com cartão de débito e crédito	(84.576)	(83.282)
Manutenção de conta	(19.113)	(18.081)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(336)
Total	(755.354)	(558.975)

a. Despesas de captação

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de depósito a prazo	(376.110)	(338.476)
Despesa com cessão	(51.439)	-
Despesas de operação compromissada	(13.352)	-
Despesas com distribuição de títulos	(6.281)	(6.864)
Outras	(3.182)	(3.489)
Total	(450.364)	(348.829)

26. Despesas com pessoal

	30/06/2026	30/06/2025
Proventos e encargos sociais	(60.658)	(56.313)
Benefícios	(10.140)	(8.517)
Despesas com planos de ações	(4.212)	(6.282)
Total	(75.010)	(71.112)

27. Despesas administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas com sistemas e tecnologia	(184.098)	(190.384)
Serviços de consultoria administrativa e empresarial (ii)	(58.914)	(45.108)
Depreciação e amortização (i)	(31.578)	(32.367)
Marketing	(21.977)	(14.417)
Despesas de serviço do sistema financeiro	(18.654)	(20.651)
Serviços jurídicos - assessoria legal e societária	(4.705)	(4.528)
Aluguel, condomínio e manutenção predial	(1.658)	(1.369)
Outras despesas	(19.835)	(19.245)
Total	(341.419)	(328.069)

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Refere-se, substancialmente, à amortização de softwares e projetos no montante de R\$ 14.084 (R\$ 8.581 em 30 de junho de 2025) e do ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$ 8.920 (R\$ 9.353 em 30 de junho de 2025).
- (ii) Os valores a pagar referente aos honorários de auditoria para todo o exercício de 2026 são de R\$ 329 (R\$310 em 31 de dezembro de 2025). A KPMG não presta outros serviços que não os de auditoria para o Grupo.

28. Despesas tributárias

	30/06/2026	30/06/2025
COFINS	(82.232)	(56.413)
ISS - imposto sobre serviços	(15.840)	(10.535)
PIS	(15.070)	(10.465)
Tributos sobre importação de serviços	(4.459)	(2.975)
Total	(117.601)	(80.388)

29. Despesas com prestação de serviços

	30/06/2026	30/06/2025
Serviços de design e entregas de cartões	(18.955)	(27.286)
Total	(18.955)	(27.286)

30. Outros resultados operacionais, líquidos

	30/06/2026	30/06/2025
Créditos de PIS e COFINS (i)	34.169	34.896
Outros resultados operacionais	(4.875)	(3.230)
Outras receitas financeiras	4.494	3.399
Total	33.788	35.065

- (i) Créditos de PIS e COFINS apurados sobre insumos na prestação de serviços.

31. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas de instituição de pagamento e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 não houve resultado não recorrente a ser apresentado nesta demonstração.

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Gerenciamento de riscos

a) Estrutura de gerenciamento de risco

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução BCB nº 265/2022, determina a adoção e a implementação das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, incluindo políticas e estratégias claramente documentadas. O gerenciamento de riscos deve ser integrado e independente, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os diversos riscos (Crédito, Mercado, Operacional, Liquidez, Social, Ambiental, Climático e demais riscos relevantes) do Grupo.

As áreas de gerenciamento de riscos são responsáveis por identificar todos os riscos relevantes e os impactos potenciais para a estrutura corporativa, garantindo a implementação de soluções para mitigá-los de forma eficiente e ágil a fim de manter um ambiente controlado e adequado para que o plano estratégico seja atingido de acordo com as expectativas corporativas.

O Grupo Neon adota o modelo de 3 (três) linhas como meio primário para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos, preservando o princípio da independência no que tange às atividades das diferentes linhas de defesa, tal como se estabelece na separação de papéis e responsabilidades e assegura linhas de comunicação claras e coerentes:

- **Primeira linha:** composta pelas áreas de negócios e suporte cujas atividades geram a exposição a riscos, é a principal responsável por gerenciar e supervisionar os riscos inerentes aos seus processos, além de garantir aderência regulatória.
- **Segunda linha:** composta pelas áreas de Riscos Integrados e de Compliance Regulatório, é responsável por auxiliar a 1ª linha no desenvolvimento e na adequação de processos e controles para gerenciamento de seus riscos, além de emitir alertas à 1ª linha sobre mudanças no cenário regulatório e de riscos.
- **Terceira linha:** composta pela Auditoria Interna, é responsável por fornecer avaliações independentes sobre a adequação do sistema de controles internos para a Alta Administração e aos órgãos de governança e reportar o descumprimento de dispositivos legais e regulatórios.

Os assuntos pertinentes aos riscos relevantes são reportados aos executivos no Fórum de Gestão Integrada de Riscos, com recorrência mensal, buscando fortalecer uma cultura de conscientização e responsabilidade, contribuindo para eficiência operacional e conformidade aos limites de apetite a riscos definidos em alinhamento aos objetivos estratégicos do Grupo.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Estrutura de gerenciamento de riscos operacionais

O processo de gerenciamento dos riscos é realizado de forma contínua, integrada e abrangente, envolvendo diversas áreas com atribuições específicas. A identificação, mensuração, monitoramento e controle dos riscos operacionais são realizados de maneira centralizada e independente, alinhada ao apetite de risco definido pela Diretoria, e de forma segregada à atividade de auditoria interna.

O Grupo Neon mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da sua exposição ao risco operacional.

A estrutura é composta por políticas e estratégias compatíveis com os objetivos da instituição e com as condições de mercado, que estabelecem limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos operacionais, em níveis considerados aceitáveis. Adicionalmente, a estrutura assegura a adequada capacitação sobre risco operacional de todos os colaboradores.

O Grupo Neon emprega metodologia consistente e abrangente, baseada no framework COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), capaz de:

- Identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os eventos relacionados ao risco operacional;
- Produzir documentação referente às perdas associadas ao risco operacional;
- Classificar e agregar as perdas operacionais identificadas;
- Disseminar a cultura orientada à gestão e controle dos riscos operacionais tendo como objetivo a redução de eventos e perdas associados a este tipo de risco;
- Implementar, coordenar e melhorar continuamente as práticas de gerenciamento de riscos em seus diversos níveis;
- Fornecer análises e reporte quanto a adequação e eficácia do gerenciamento de riscos.

c) Estrutura de gerenciamento de risco de mercado e IRRBB

O risco de mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos índices de preços, das taxas referenciais e dos preços das ações, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das posições ativas e passivas da Instituição.

O Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRBB) define-se como sendo o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Neon, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por estar enquadrada no Segmento S4, o Grupo Neon está sujeito à apuração do Δ NII (*Net Interest Income*) para o monitoramento do risco de juros, que consiste em apurar a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (cenário base do BACEN ± 400 bps).

Análise de sensibilidade de variação na taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de mercado e IRRBB, monitorando essas exposições por meio do modelo padronizado (definido pelo BACEN) para carteira bancária (Delta NII), calculado com base no Conglomerado Prudencial da Companhia.

Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros, descritos abaixo:

- **Nível 1:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.
- **Nível 2:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseadas em modelo de precificação em que os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.
- **Nível 3:** Cotações de preços para ativos ou passivos não observáveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros, segregados entre os níveis da hierarquia de valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

30/06/2026				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários				
Cotas de fundos de investimento	-	5.500	-	5.500
	-	5.500	-	5.500
Ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes				
Títulos e valores mobiliários				
Letras Financeiras do Tesouro	1.274.239	-	-	1.274.239
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculado a garantia	590.868	-	-	590.868
Certificados de Depósito Bancário	-	51	-	51
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	870	-	870
	1.865.107	921	-	1.866.028
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Valores a receber de cartões e operações de crédito	-	-	6.529.614	6.529.614
Relações interfinanceiras	-	-	1.569.597	1.569.597
Títulos e valores mobiliários				
Debêntures	-	-	763.698	763.698
	-	-	8.862.909	8.862.909
Total	1.865.107	6.421	8.862.909	10734.437
31/12/2025				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários				
Cotas de fundos de investimento	-	13.052	-	13.052
Cotas de capital em cooperativas	-	11	-	11
	-	13.063	-	13.063
Ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes				
Títulos e valores mobiliários				
Letras Financeiras do Tesouro	1.539.653	-	-	1.539.653
Certificados de Depósito Bancário	-	16	-	16
	1.539.653	16	-	1.539.669

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros ao custo
amortizado

Valores a receber de cartões e operações de crédito	-	-	5.938.399	5.938.399
Relações interfinanceiras	-	-	1.701.498	1.701.498
Títulos e valores mobiliários				
Letras Financeiras do Tesouro	650.000	-	-	650.000
Notas do Tesouro Nacional	35.845	-	-	35.845
	<u>685.845</u>	<u>-</u>	<u>7.639.897</u>	<u>8.325.742</u>
Total	<u>2.225.498</u>	<u>13.079</u>	<u>7.639.897</u>	<u>9.878.474</u>

A mensuração dos ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado das cotas de fundos de investimento é calculada com base no valor da cota atualizada divulgada pelo administrador do fundo. Para os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e para os ativos financeiros ao custo amortizado, os juros são baseados na taxa Selic e reconhecidos pelo método da taxa de juros efetiva.

30/06/2026				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros ao custo				
amortizado				
Depósitos	-	1.170.883	-	1.170.883
Relações interfinanceiras	-	2.917.314	-	2.917.314
Depósitos a prazo	-	5.327.196	-	5.327.196
Obrigações por operações compromissadas	-	478.445	-	478.445
Cessão de recebíveis - securitização	-	-	605.255	605.255
	<u>-</u>	<u>9.893.838</u>	<u>605.255</u>	<u>10.499.093</u>

31/12/2025				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros ao custo				
amortizado				
Depósitos	-	1.264.882	-	1.264.882
Relações interfinanceiras	-	2.917.521	-	2.917.521
Depósitos a prazo	-	5.327.196	-	5.327.196
	<u>-</u>	<u>9.509.599</u>	<u>-</u>	<u>9.509.599</u>

A mensuração dos passivos financeiros ao custo amortizado, para depósitos é o valor nominal depositado pelo cliente, em relação às relações interfinanceiras; obrigações por operações compromissadas e cessão de recebíveis e o reconhecimento inicial é registrado pelo valor justo do recurso recebido, deduzido dos custos de transação atribuíveis e atualizado pela taxa de juros efetiva.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As transferências entre níveis da hierarquia do valor justo são relatadas regularmente ao longo do período. Não houve transferências de instrumentos financeiros entre os níveis da hierarquia de valor justo no semestre findo em 30 de junho de 2026.

d) Estrutura de gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Dentro da definição cabe também a possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Grupo é composta por políticas e estratégias que estabelecem limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez em níveis considerados aceitáveis. O processo de gestão de risco de liquidez é realizado de maneira contínua, integrada e abrangente, envolvendo diversas áreas com atribuições específicas, sendo composto principalmente por:

- Análise de usos e fontes de recursos de curto prazo e necessidades de compatibilização de caixa;
- Projeções de fluxo de caixa em cenários de normalidade e em situações adversas (cenários de estresse);
- Monitoramento, controle e reporte dos níveis de risco de liquidez em comparação com os limites de risco estabelecidos;
- Plano de Contingência de Liquidez.

Vencimentos de passivos financeiros

A tabela abaixo analisa os instrumentos financeiros do Grupo em grupos de vencimentos relevantes com base nos seus vencimentos contratuais. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Em 30 de junho de 2026			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Depósitos	1.170.883	-	-
Relações interfinanceiras - obrigações	2.917.314	-	-
Depósitos a prazo	3.051.337	1.637.043	1.736.450
Outros passivos financeiros	218.252	197.218	678.190
Obrigações por operações compromissadas	-	599.991	-
	7.357.786	2.434.252	2.414.640

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Em 31 de dezembro de 2025			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Depósitos	1.264.882	-	-
Relações interfinanceiras - obrigações	2.917.521	-	-
Depósitos a prazo	2.738.409	1.576.722	2.178.246
	6.920.812	1.576.722	2.178.246

e) Estrutura de gerenciamento de risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração da qualidade creditícia do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, incluindo o inadimplemento do cliente final perante o emissor de instrumento de pagamento pós-pago.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito do Grupo Neon é o conjunto de áreas, colaboradores, atividades, documentos e ferramentas que possibilitam a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação do risco de crédito, bem como o risco de concentração levando em consideração, por exemplo, os segmentos de produtos e serviços em que a instituição atua.

Os procedimentos, metodologias e ferramentas são documentadas, revisadas e aprovadas pela Alta Administração e os resultados das análises de gestão e controle do Risco de Crédito são reportados mensalmente nos fóruns executivos do Grupo.

f) Risco social, ambiental e climático

Atendendo às normas aplicáveis, a Neon edita a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), disponível no site da Companhia, a qual contém princípios e diretrizes que norteiam as ações e relações com seus parceiros internos e externos. Além disso, fica disponível também o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC).

g) Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo prever o capital necessário para suportar o crescimento do Grupo e planejar as fontes adicionais de capital, de forma a manter, permanentemente, montantes de patrimônio líquido em valores superiores aos requerimentos mínimos.

Dados do semestre findo em 30 de junho de 2026 que refletem as exigências aplicáveis são apresentados na Nota 35 - Limite operacional (Acordo da Basileia).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

33. Transações com partes relacionadas

Conforme definição da Resolução BCB nº 2/20, partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração.

As transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalentes àqueles que prevalecem nas transações em condições normais de mercado.

No semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Neon manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

Ativos	30/06/2026	31/12/2025
Consiga Mais	570	1.261
MEI Fácil	228	35
Neon Tecnologia	8.941	8.614
Valores a receber sociedades ligadas	9.739	9.910

Composto por valores oriundos de transações entre Companhia e Consiga Mais, MEI Fácil e Neon Tecnologia referente à rateio de despesas administrativas.

Passivos	30/06/2026	31/12/2025
Neon Tecnologia	2	1.005
Consiga Mais	5	508
Depósitos	7	1.513
Neon Tecnologia	44.820	52.466
Consiga Mais	144	31
Valores a pagar sociedades ligadas	44.964	52.497

Composto por obrigações assumidas na transferência de funcionários e contratação de tecnologia.

Despesas	30/06/2026	30/06/2025
Neon Tecnologia (i)	(113.898)	(111.526)
Total	(113.898)	(111.526)

(i) Refere-se a despesas com serviços de TI.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

● **Pessoal-chave da Administração**

A administração chave inclui diretores (executivos e não executivos) que têm autoridade e responsabilidade por planejar, dirigir e controlar as atividades da entidade.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, a Companhia manteve transações com pessoal-chave da administração: despesas com remuneração de R\$ 5.986 (R\$ 7.266 em 30 de junho de 2025), e programa de remuneração de longo prazo, incluindo encargos sociais, de R\$ 13.124 (R\$ 10.328 em 30 de junho de 2025).

Os diretores estatutários da Companhia e suas investidas, bem como seus parentes próximos, também têm contas e cartões de débito e de crédito da Neon. Em 30 de junho de 2026, o saldo em suas contas digitais é de R\$ 326 (R\$ 116 em 31 de dezembro de 2025), possuem limites de cartão de crédito de R\$ 1.067 (R\$ 1.119 em 31 de dezembro de 2025) e fatura de cartão em aberto de R\$ 88 (R\$ 149 em 31 de dezembro de 2025).

34. Pagamento baseado em ações

Os planos de pagamento baseado em ações da Neon Payments (descritos na Nota 3.q) foram projetados para fornecer incentivos de longo prazo para os colaboradores chave (incluindo diretores executivos) a fim de fornecer retornos pela continuidade dos serviços prestados a longo prazo. A participação nos planos e a outorga dos benefícios são deliberados pelo Conselho de Administração da Neon Payments ou pelo Comitê de Pessoas da Neon Pagamentos.

As opções outorgadas são contabilizadas de acordo com o CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, utilizando os modelos de precificação de opções *Black-Scholes* (para outorgas até fevereiro de 2022) e o modelo Binomial (a partir de março de 2022), para fornecer uma estimativa do valor justo dos serviços prestados pelos funcionários participantes.

Plano de opções de compra de ações (“SOP”)

Este plano foi aprovado pelo Conselho de Administração da Neon Payments, inicialmente em 30 de novembro de 2020, com posterior modificação em 25 de julho de 2023, e concede ao beneficiário a possibilidade de adquirir opções de compra de ações da Neon Payments com preço de exercício e prazos de *vesting* e exercício pré-estabelecidos.

No final de cada período, o Grupo revisa suas estimativas do número de opções que devem ser adquiridas com base em condições que não de mercado e reconhece o impacto da revisão das estimativas originais, se houver, no resultado, com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas demonstrações financeiras da Neon Payments, o custo atribuível às opções de compra de ações outorgadas por serviços a controladas é tratado como um aporte de capital na medida em que os serviços recebidos são prestados na controlada. Dessa forma, os valores são registrados em contrapartida de investimentos em controladas e reservas. Ainda, os recursos recebidos do exercício das opções líquidos de quaisquer custos de transação atribuíveis são creditados ao capital social (valor nominal) e prêmio de emissão, momento em que as ações são emitidas.

Como regra geral, as opções outorgadas até fevereiro de 2022 têm o direito totalmente adquirido (*vesting period*) em 4 anos, sendo 15%, 40%, 65% e 100% das opções após o primeiro, segundo, terceiro e quarto aniversário, respectivamente, e o exercício fica condicionado a um evento de liquidez (por um período de até 10 anos). Neste plano, as opções são adquiridas, após incorrido o *vesting period*, pelo beneficiário diretamente da Neon Payments, pelo valor determinado na outorga. No exercício, o beneficiário deverá comprar as ações pelo preço de exercício, que corresponde ao *fair value* na data da outorga.

No ano de 2022, o Grupo também outorgou opções com prazo (*vesting period*) de 6 anos, sendo 9%, 26%, 48%, 79%, 90% e 100% das opções *vestidas* ao longo dos seis aniversários do plano, e exercício condicionado a eventos de liquidez (por um período de até 10 anos).

No ano de 2023, o Grupo outorgou opções com prazo (*vesting period*) de 4 anos, sendo 25% ao completar 12 meses e 6,25% a cada trimestre posterior ao primeiro ano, de modo que, após 12 trimestres os 75% restantes das opções estarão vestidas, e exercício condicionado a eventos de liquidez (por um período de até 10 anos).

A partir de 2024, o Grupo continuou a outorgar as opções com prazo (*vesting period*) de 4 anos. Adicionalmente, os lotes outorgados em anos anteriores e ainda não vestidos foram atualizados para esta condição de vestings trimestrais.

Grow Your Stake

O *Grow Your Stake* ("GYS") é um programa de participação acionária, estruturado em 2026 pela controladora Neon Payments Limited, por meio do qual determinados executivos do Grupo receberam a oportunidade de adquirir opções de compra de ações ordinárias da Payments mediante o pagamento de um prêmio de aquisição fixado na data de outorga. As opções encontravam-se integralmente vestidas na data de emissão, sendo seu exercício condicionado à ocorrência de evento de liquidez nos termos do plano principal de *stock options* do Grupo. O valor justo dos instrumentos outorgados foi apurado por meio de modelo de precificação de opções, tendo sido reconhecido, no período, o montante total de R\$ 351, sendo R\$ 322 atribuível aos controladores, registrado em reserva de capital no patrimônio líquido, e R\$ 29 atribuível à não controladores, registrado na rubrica de participação de não controladores.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 as opções de ações foram movimentadas conforme a seguir:

	Quantidade de Opções	Reserva de capital (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	178.793	75.958
Apropriação de outorgas de anos anteriores	-	3.017
Apropriação de novas outorgas	32.942	427
Cancelamento (perda de direito) (i)	(6.537)	(1.177)
Transferências entre empresas do Grupo	(105)	-
Reflexo de movimentação de investidas (ii)	-	821
Saldo em 30 de junho de 2026	205.093	79.045
Atribuível à própria instituição	193.062	78.528
Participação dos não controladores	12.031	517
	Quantidade de Opções	Reserva de capital (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	147.694	63.517
Apropriação de outorgas de anos anteriores	-	9.299
Apropriação de novas outorgas	45.686	311
Cancelamento (perda de direito) (i)	(13.347)	(2.134)
Transferências entre empresas do Grupo	(1.240)	357
Reflexo de movimentação de investidas (ii)	-	4.608
Saldo em 31 de dezembro de 2025	178.793	75.958
Atribuível à própria instituição	169.728	75.629
Participação dos não controladores	9.065	329

- (i) Cancelamento das opções por perda de direito decorrente de desligamento do beneficiário do quadro de colaboradores da Companhia.
- (ii) Corresponde à constituição de reserva reflexa decorrente de outorgas realizadas por empresas controladas pela Companhia, como contrapartida de aumento no investimento da própria controlada.

No semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo em estoque de opções outorgadas, no âmbito do plano SOP, está abaixo representado:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Data de concessão	Preço de exercício (US\$)	Preço de exercício (R\$) (i)	Quantidade de Opções
Fev/16	21,42	110,88	790
Mar/18	126,58	655,25	719
Out/18 - Nov/19	90,61	469,05	7.641
Fev/20 - Jun/20	281,44	1.456,90	2.580
Out/20 - Fev/22	356,04	1.843,08	15.223
Mar/22 - Nov/22	608,9	3.152,03	2.422
Jun/23 - Dez/23	408,13	2.112,73	8.350
Jun/23 - Dez/23	608,9	3.152,03	4.194
Set/24	356,04	1.843,08	430
Set/24	408,13	2.112,73	4.038
Set/24 - Jan/25	204,06	1.056,34	99.182
Jan/25	408,13	2.112,73	1.822
Mar/25 - Jun/26	204,06	1.056,34	57.702
			205.093

- (i) O plano é operacionalizado em dólares, que é a moeda de emissão das ações da Neon Payments. Os preços de exercício foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio de 30 de junho de 2026 de R\$ 5,1766 (31 de dezembro de 2025 de R\$ 5,5024), para fins de apresentação somente.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, o valor das opções outorgadas foi estimado com base no modelo Binominal. As principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo das opções outorgadas foram:

	30/06/2026	31/12/2025
Preço médio ponderado das ações na data da outorga (i)	US\$ 245,70 (R\$ 1.271,90)	US\$ 252,60 (R\$ 1.389,90)
Valor justo médio ponderado das opções na data da concessão (i)	US\$ 244,30 (R\$ 1.264,62)	US\$ 246,88 (R\$ 1.358,45)
Volatilidade esperada	80%	80%
Vida esperada	10 anos	10 anos
Taxa livre de risco	4,27%	4,27%

- (i) O plano é operacionalizado em dólares, que é a moeda de emissão das ações da Neon Payments. Os preços de exercício foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio de 30 de junho de 2026 de R\$ 5,1766 (31 de dezembro 2025 de R\$ 5,5024), para fins de apresentação somente.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A volatilidade esperada foi determinada pelo cálculo da volatilidade histórica dos preços das ações de empresas similares nos anos anteriores, com base na vida útil esperada de cada tipo de opção. A vida esperada usada no modelo foi ajustada, com base na melhor estimativa dos Administradores, para os efeitos da intransferibilidade, restrições de exercícios e considerações comportamentais. O cenário estimado para rotatividade foi de 37%. O valor reconhecido como despesa do período, em contrapartida ao patrimônio líquido, foi de R\$ 2.266, sendo R\$ 2.078 atribuível a controladores, registrado em reserva de capital, e R\$ 188 atribuível a não controladores, registrado na rubrica de participação de não controladores.

Programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa – *Phantom Shares*

Este plano foi aprovado pelo Conselho de Administração da Neon Payments em 30 de novembro de 2020 e concede ao beneficiário a possibilidade de participar na valorização das ações da Neon Payments com preço de exercício e prazos de *vesting* e exercício pré-estabelecidos. Neste plano, o valor justo é mensurado pela diferença entre o preço atual da ação da Neon Payments e o preço de exercício estipulado, sendo provisionado na Neon Pagamentos o percentual decorrido da carência, de acordo com o período de cada *vesting*, em conta de resultado e em contrapartida ao passivo. O cálculo considera 100% das ações vestidas e o pro-rata mensal das ações a serem vestidas, deduzidas de um cenário de rotatividade estimado anualmente.

Como regra geral, para as *Phantom Shares* outorgadas até dezembro de 2022, o direito passa a ser adquirido (*vesting period*) em 4 anos, sendo 15%, 40%, 65% e 100% das ações após o primeiro, segundo, terceiro e quarto aniversário, respectivamente, e o exercício fica condicionado a um evento de liquidez (por um período de até 10 anos). Para outorgas realizadas a partir de 2023, o direito passa a ser adquirido (*vesting period*) em 4 anos, sendo 25% ao completar 12 meses e 6,25% a cada trimestre posterior ao primeiro ano, de modo que, após 12 trimestres os 75% restantes das opções estarão vestidas, e o exercício fica condicionado a um evento de liquidez (por um período de até 10 anos).

Em 30 de junho de 2026, o plano de *Phantom Shares* totaliza 20.149 opções outorgadas ativas, com *strike* variando entre US\$ 1,00 e US\$ 608,90 (para opções pactuadas em dólar) e entre R\$ 5,18 e R\$ 3.562,07 (para opções pactuadas em reais) e cenário estimado para rotatividade de 37%, com saldo passivo atualizado de R\$ 14.916, sendo R\$ 10.526 de principal e R\$ 4.391 de encargos e reflexos (Nota 18). Segue a movimentação do plano ocorrida no ano:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Quantidade de ações	Passivo de Phantom Shares (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	20.586	10.727
Apropriação de outorgas de anos anteriores	-	(208)
Cancelamento (perda de direito) (i)	(557)	(27)
Transferências entre empresas do Grupo	120	34
Saldo em 30 de junho de 2026	20.149	10.526

- (i) Cancelamento das opções por perda de direito decorrente de desligamento do beneficiário do quadro de colaboradores Neon.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, a provisão líquida total de *Phantom Shares* foi de (R\$ 281), sendo R\$ 49 de provisão de principal e R\$ 18 de encargos, compensados por uma receita de (R\$ 348) com variação cambial.

Em 30 de junho de 2026, o saldo em estoque de opções outorgadas, no âmbito do plano de *Phantom Shares*, está abaixo representado:

Data de concessão	Preço de exercício (US\$)	Preço de exercício (R\$) (i)	Quantidade de Opções
Fev/16 - Ago/22	US\$ 1,00	5,18	2.293
Set/19	US\$ 90,61	469,05	78
Mar/19 - Set/20	US\$ 281,44	1.456,90	651
Out/20 - Mar/22	US\$ 356,04	1.843,08	3.483
Abr/22 – Dez/23	US\$ 608,90	3.152,03	799
Jun/23 - Dez/23	US\$ 408,13	2.112,73	188
Set/24	US\$ 204,06	1.056,34	696
Mar/25	-	5,85	3.092
Mar/25	-	1.193,75	6.296
Mar/25	-	1.646,42	343
Mar/25	-	2.082,83	1.397
Mar/25	-	2.387,56	410
Mar/25	-	3.562,07	423
			20.149

- (i) Parte do plano é operacionalizado em dólares, que é a moeda de emissão das ações da Neon Payments. Os preços de exercício foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio de 30 de junho de 2026 de R\$ 5,1766 (31 de dezembro de 2025 de R\$ 5,5024), para fins de apresentação somente.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2026**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

35. Limite operacional (Acordo da Basileia)

De acordo com a Resolução BCB nº 197/22, que estabelece a classificação de conglomerados prudenciais integrados por ao menos uma instituição de pagamento, a Neon Financeira, liderada pela Neon Pagamentos S.A., é classificada como Conglomerado Prudencial Tipo 3. A Companhia faz parte deste Conglomerado e, portanto, é avaliada dentro do arranjo.

Os dados que refletem as exigências de capital aplicáveis ao Conglomerado, são apresentados a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Risco de crédito – RWAcpad	5.550.207	4.734.748
Risco de mercado – RWAm pad	30.100	19.433
Risco operacional – RWAopad	579.445	323.677
Risco associado a serviços de pagamento – RWAsp	387.785	433.871
Total RWA	6.547.537	5.511.729

Patrimônio de referência (PR)	826.599	758.680
-------------------------------	---------	---------

Índice de Basileia (PR/Total RWA) (i)	12,62%	13,76%
--	---------------	---------------

- (i) Conforme Resolução BCB nº 200/22, o mínimo requerido (Fator F + ACP) em junho de 2026 equivale a 10,5%.

36. Eventos subsequentes

Até a data de divulgação dessas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, não foram identificados eventos subsequentes no Grupo.

* * *

Jamil Saud Marques

Diretor

Cristiano Fernandes

Diretor

Michel Donizeti Tavares

Contador – CRC 1SP299720/O-4

neon